



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

**Processo nº 0135964-97.2017.4.02.5101 (2017.51.01.135964-8)**  
**Autor: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL**  
**Réu: SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO E OUTROS**

JFRJ  
Fls 8573

### CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos  
ao MM. Juiz da 7ª Vara Federal Criminal/RJ.  
Rio de Janeiro/RJ, 08 de janeiro de 2018

**FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL**  
**Diretor(a) de Secretaria**  
(TRFRDS)

### SENTENÇA

#### I. RELATÓRIO

Trata-se de ação penal proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em desfavor de **SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO, ADRIANA DE LOURDES ANCELMO, CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA (CARLOS MIRANDA) e LUIZ CARLOS BEZERRA (CARLOS BEZERRA)**, em que lhes é imputada a conduta tipificada no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/1998.

Narra a acusação que “Consumados os delitos antecedentes de corrupção passiva, **SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO**, com auxílio de **CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA**, por 5 (cinco) vezes, nos dias 17/09/2009, 05/04/2013, 14/06/2013, 03/12/2013 e 22/08/2014, de modo consciente e voluntário, tendo como propósito distanciar ainda mais o dinheiro derivado de crimes praticados pela organização criminosa de sua origem ilícita, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, disposição, movimentação e a propriedade de bens diretamente provenientes de infrações penais, com a compra de joias na joalheria H STERN (HSJ COMERCIAL SA), avaliadas no valor total de R\$ 4.527.590,00 (quatro milhões quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa reais), com a finalidade de converter o dinheiro recebido a título de propina em ativo lícito e também para ocultar o real proprietário do bem. As aquisições eram feitas com o propósito indisfarçável de lavar o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8574

*dinheiro sujo angariado pela organização criminosa, com pagamentos em espécie, por intermédio de terceiros, ou compensando valores de outras joias, sem emissão de notas fiscais e sem emissão de certificado nominal da joia.”*

Ainda de acordo com o MPF, além das joias que já foram objeto de denúncias anteriores, **SÉRGIO CABRAL** e **ADRIANA ANCELMO**, com auxílio de **CARLOS MIRANDA** e **CARLOS BEZERRA**, fizeram a aquisição das seguintes joias sem a emissão de nota fiscal e sem certificado nominal da joia: **(i)** Brinco de Ouro Branco 18 K com Brilhante Solitário, no valor de R\$ 1.313.000,00; **(ii)** Brinco de Ouro Amarelo 18 K com Brilhante Solitário, no valor de R\$ 1.824,000,00; **(iii)** Anel de Ouro Amarelo 18 K com Brilhante Solitário, no valor de R\$ 1.110.000,00; **(iv)** Conjunto composto por Pulseira de Ouro Amarelo 18 K com Diamante; Brinco de Ouro Amarelo 18 K com Diamante; Anel de Ouro Amarelo 18 K com Diamante, no valor de R\$ 107.100,00; **(v)** Brinco de Ouro amarelo 18K com Rubi, no valor de R\$ 262.200,00.

Inicial instruída com os documentos de fls. 64-7947.

Denúncia recebida em 19 de junho de 2017, conforme decisão de fls. 7948-7953.

Folha de Antecedentes Criminais de LUIZ CARLOS BEZERRA às fls. 7954-7958.

Resposta à acusação de **CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA** às fls. 7960-7974, instruída com procuração.

Resposta à acusação de **LUIZ CARLOS BEZERRA** às fls. 8011-8018, instruída com procuração.

Resposta à acusação de **ADRIANA ANCELMO** às fls. 8020-8048, instruída com documentos de fls. 8049-8065.

Resposta à acusação de **SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO** às fls. 8067-8080.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8575

Às fls. 8112-8126, manifestação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL sobre as preliminares arguidas pelas partes.

Às fls. 8112-8126, decisão do art. 397 do Código de Processo Penal. Afastada a possibilidade de absolvição sumária dos réus, foi designada data para realização da audiência de instrução e julgamento, dentre outras providências.

Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 19 de setembro de 2017, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas de acusação/colaboradores MARIA LUIZA TROTTA, ROBERTO STERN, OSCAR LUIZ GOLDEMBERG e RONALDO STERN, conforme ata e termos de fls. 8167-8176. Na ocasião, foi proferido o seguinte despacho: *“Designo interrogatório dos réus para o dia 23.10.2017, às 14h. Intimem-se e Requistem-se. A Defesa de Adriana Ancelmo compromete-se a apresentá-la independente de intimação. Saem os presentes intimados.”*

Audiência em continuação realizada em 23 de outubro de 2017, oportunidade em que foram interrogados os réus, conforme ata e termos de fls. 8223-8232. No ato, foi proferida decisão determinando a transferência de SERGIO CABRAL para presídio federal, a ser designado pelo Ministério da Justiça.

Às fls. 8235-8250, o MPF acosta aos autos cópia da petição inicial da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta em desfavor de do Deputado Federal MARCO ANTONIO NEVES CABRAL, filho de SERGIO CABRAL, por suposta violação das regras de visitação de familiares a presos.

Às fls. 8279-8303, a defesa de SERGIO CABRAL requer a reconsideração da decisão que determinou a sua transferência para presídio federal e acosta cópia da contestação apresentada nos autos da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público em desfavor de seu filho, o que foi indeferido pela decisão de fls. 8304-8305.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8576

À exceção da defesa de ADRIANA ANCELMO, que pugnou pelo compartilhamento de seu interrogatório prestado nos autos do processo n° 0509503-57.2016.4.02.5101, as partes nada requereram em diligências.

Alegações finais do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** às fls. 8334-8401 em que requer: **(i)** a condenação dos réus, na forma da denúncia; e **(ii)** o perdimento do produto e proveito do crime, ou do seu equivalente, incluindo eventuais numerários bloqueados em contas e investimentos bancários, e montantes em espécie porventura apreendidos em cumprimento aos mandados de busca e apreensão, nos valores descritos na denúncia e nas medidas cautelares de sequestro conexas.

Para tanto, alega que: **(i)** “(...) desde a deflagração da fase mais ostensiva da Operação Calicute, já eram fortes os indícios do cometimento de crime de lavagem: os autos de apreensão e os respectivos laudos periciais (fls. 7430/7462) dão conta de extensa quantidade de joias valiosíssimas encontradas na residência do casal SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO. Reforçando as suspeitas, constatou-se na planilha de controle de gastos entregue ao MPF pelos irmãos CHEBAR, doleiros de SÉRGIO CABRAL, referências a diversos pagamentos para a HSTERN (fls. 7665/7760); **(ii)** a gerente comercial da HSTERN, MARIA LUIZA TROTTA, reafirmando seu depoimento prestado em sede de colaboração premiada junto ao MPF, relatou minuciosamente como se deu a aquisição de diversas joias ao longo dos anos em que o réu SÉRGIO CABRAL exerceu seu mandato político, sendo certo que, em juízo, descreveu como tais artigos de luxo foram comprados sem emissão de nota fiscal e sem identificação nominal no respectivo certificado, em “descarado objetivo de lavar o dinheiro sujo angariado pelos acusados”; **(iii)** as vendas para o casal SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO eram cercadas de anomalias, pois, além de serem conduzidas pela diretora comercial, prática incomum na joalheria, aconteciam fora do ambiente das lojas, não eram acompanhadas de notas fiscais e o pagamento era feito na tesouraria do estabelecimento, de modo a “aliviar o constrangimento dos demais funcionários da loja diante da quantidade de dinheiro em espécie que era entregue por portadores”; **(iv)** no mesmo sentido das declarações de MARIA LUIZA TROTTA são



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8577

os depoimentos de ROBERTO STERN, RONALDO STERN e OSCAR GOLDEMBERG; (v) em coadunação aos depoimentos, tem-se os e-mails trocados entre os representantes da HSTERN, acostados às fls. 7859/7862, 7865/7876, 7877/7884 e 7885; (vi) “Ao contrário do que afirma o réu SÉRGIO CABRAL em seu interrogatório, ao dizer “que não lava dinheiro comprando joias” (interrogatório 1ª parte aos 5:34 – 5:38), esta técnica de lavagem de dinheiro, da qual SÉRGIO CABRAL e os demais réus se valeram, já é conhecida no Brasil desde os primórdios da criminalização da conduta de lavagem.”; (iv) a compra de joias utilizando meios de dissimulação, como a utilização de pessoas interpostas e acordo com o comerciante dos bens para evitar a fiscalização do COAF - através da não emissão de notas fiscais, falta de registro de comprador ou registro falso, não comunicação de operações típicas de lavagem – é sobejamente suficiente para caracterizar a ocultação de patrimônio, distanciamento de sua origem ilícita, e, por conseguinte, o crime do art. 1º da Lei 9.613/98; (v) CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA eram os responsáveis pelo transporte do dinheiro destinado ao pagamento das joias, sendo certo que “não foram meros “leva e traz”. Na verdade, detinham poder de decisão, uma vez que eram os responsáveis pelo agendamento das datas, a efetivação da entrega, mantinham em seu poder quantias astronômicas de dinheiro, sendo determinante a conduta desses acusados, pois tais ações se revelam genuíno domínio final do fato, conforme doutrina mais abalizada. BEZERRA e MIRANDA praticaram atos nucleares do tipo penal de lavagem, sendo, portanto, titulares do delito, como SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, devendo recair sobre todos os 4 (quatro) a responsabilidade principal.”; (vi) a quebra de dados telefônicos revelou que MIRANDA e BEZERRA falaram com MARIA LUIZA TROTTA algumas vezes; por sua vez, o registro de entrada de clientes da H. STERN revelou as ocasiões em que os corréus estiveram na joalheria.

No que diz respeito à dosimetria da pena, pugna o MPF, quanto ao **réu SERGIO CABRAL**: (i) pela fixação das penas-base em patamar muito acima do mínimo legal, de modo a ultrapassar o termo médio e se aproximar ou atingir o máximo previsto, tendo em vista a presença de 5 circunstâncias judiciais desfavoráveis; (ii) pela incidência da causa de aumento prevista no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, tendo em



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8578

vista que os crimes foram praticados de forma reiterada e por intermédio de organização criminosa; **(iii)** pela aplicação do concurso material entre cada crime.

Com relação ao réu **CARLOS MIRANDA**, pugna o MPF: **(i)** pela fixação das penas-base em patamar muito acima do mínimo legal, de modo a ultrapassar o termo médio e se aproximar ou atingir o máximo previsto, tendo em vista a presença de 5 circunstâncias judiciais desfavoráveis; **(ii)** pela incidência da causa de aumento prevista no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, tendo em vista que os crimes foram praticados de forma reiterada e por intermédio de organização criminosa; **(iii)** pela aplicação do concurso material entre cada crimes.

Com relação ao réu **LUIZ CARLOS BEZERRA**, pugna o MPF: **(i)** pela fixação das penas-bases em patamar muito acima do mínimo legal, de modo a ultrapassar o termo médio e se aproximar ou atingir o máximo previsto, tendo em vista a presença de 5 circunstâncias judiciais desfavoráveis; **(ii)** pela incidência da causa de aumento prevista no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, tendo em vista que os crimes foram praticados de forma reiterada e por intermédio de organização criminosa; **(iii)** pela aplicação do concurso material entre os fatos.

Com relação à ré **ADRIANA DE LOURDES ANCELMO**, pugna o MPF: **(i)** pela fixação das penas-base em patamar muito acima do mínimo legal, de modo a ultrapassar o termo médio e se aproximar ou atingir o máximo previsto, tendo em vista a presença de 5 circunstâncias judiciais desfavoráveis; **(ii)** pela incidência da causa de aumento prevista no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, tendo em vista que os crimes foram praticados de forma reiterada e por intermédio de organização criminosa.

Alegações finais da ré **ADRIANA ANCELMO** às fls. 8415-8492, em que a defesa pugna: **(i)** seja reconhecida a incompetência do juízo para processar e julgar o feito, pois inexistente qualquer fator que implique o deslocamento da competência para a 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; **(ii)** pela extinção do processo, sem julgamento do mérito, em razão da coisa julgada, considerando que, parcialmente, os fatos *sub judice* são correlatos àqueles que já foram julgados pela 13ª



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@ifrrj.jus.br](mailto:07vfer@ifrrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8579

Vara Federal Criminal de Curitiba; **(iii)** seja reconhecido o cerceamento de defesa, e consequentemente, a nulidade do feito, “*consubstanciado no traslado de peças processuais ao processo pelo MPF sem que a defesa tivesse a oportunidade de conhecer a íntegra do que restou juntado, assim como na homologação de acordos de colaboração premiada sem a juntada das respectivas declarações e documentos pertinentes, com o consequente interrogatório de Adriana sem ter acesso a referidas peças processuais*”; **(iv)** seja reconhecida a atipicidade das condutas imputadas a ADRIANA, a uma, porque não demonstrado o indispensável dolo para a lavagem de dinheiro, a duas, porque o branqueamento de capitais não se confunde com o exaurimento do crime de corrupção, a três, porque não há liame subjetivo entre os membros da suposta organização criminosa e a ré; **(v)** acaso superada a tese de atipicidade, seja reconhecida a continuidade delitiva.

Para tanto, argúi, preliminarmente: **(i)** violação ao princípio do promotor natural, decorrente da designação de procuradores de exceção (“Força Tarefa”); **(ii)** incompetência do juízo, haja vista que inexistente conexão ou continência entre as Operações SAQUEADOR, IRMANDADE e CALICUTE e seus desdobramentos, sendo certo que “*o mero compartilhamento de provas entre os referidos feitos não implica a conexão prevista no art. 76, III, do CPP, uma vez que não se trata de crimes interdependentes reunidos sob uma condição de prejudicialidade, mas, sim, de peças de informação indiciárias que podem atender tanto a um processo quanto a outro independentemente.*”; **(iii)** violação à coisa julgada, uma vez que os fatos ora imputados constituem objeto da ação penal que tramitou na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba; **(iv)** cerceamento de defesa, decorrente da seleção arbitrária, pelo MPF, dos documentos que instruem a inicial; **(v)** nulidade dos acordos de colaboração premiada firmados pelos executivos da H. STERN, uma vez que homologados sem as declarações dos colaboradores.

No mérito, alega: **(i)** atipicidade da conduta, pois a aquisição de joias, além de constituir mero exaurimento do crime antecedente, “*não possui o condão de converter o dinheiro indicado como ilícito em ‘ativos ilícitos’, elementar do tipo penal*”, na medida



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8580

em que “não se pune o gastar o dinheiro do crime”; **(ii)** a acusação atribui à ré, em uma clara transferência de responsabilidade, a “culpa” pela não emissão de nota fiscal, quando, na verdade, tal obrigação é de exclusiva atribuição da empresa; **(iii)** “*Não nega a ré tenha adquirido peças, sempre de maneira regular, e que recebeu, em datas festivas, adornos da H. STERN adquiridos por Sergio Cabral, mas não era de seu conhecimento como eram feitos os pagamentos, até por se tratar de presentes, sendo certo que sempre acreditou na idoneidade de seu companheiro*”; **(iv)** ao contrário do que afirma o MP, a ré nunca deu ordens a BEZERRA ou MIRANDA.

Alegações finais de **CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA** às fls. 8493-8531, em que pugna, preliminarmente: **(i)** pela suspensão da ação penal em relação ao réu, na fase em que se encontra, tendo em vista que a soma das penas das outras ações penais nas quais este já foi condenado perante este douto juízo e a 13ª Vara Federal da Subseção de Curitiba já ultrapassa a pena estabelecida em acordo de colaboração; **(ii)** seja reconhecida a identidade dos fatos entre a presente ação penal e os processos nºs 0509503-57.2016.4.02.5101, 0502041-15.2017.4.02.510, 0501634-09.2017.4.02.5101, 0015979-37.2017.4.02.5101 e 0501853-22.2017.4.02.5101, a fim de que sejam reunidos para julgamento unificado, com esteio no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/98. No mérito, pugna **(i)** pela absolvição do réu, com fundamento no princípio *ne bis in idem*, tendo em vista a unidade do crime de lavagem de ativos com relação ao montante recebido com a prática dos crimes de corrupção passiva no âmbito dos contratos alvo da operação Calicute, e com a já imputação deste crime de lavagem nos autos da referida ação; **(ii)** “*Subsidiariamente, e de forma alternativa ao item 2.1, a absolvição do requerente nos fatos aqui imputados, por ser partícipe necessário do crime de corrupção passiva, fato 01, a ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Calicute), abrangendo, como pós-fatos não puníveis ou punidos simultaneamente em razão de ser constituir atos de disponibilidade das vantagens indevidas (art. 29, 30 e 317 do CP), os fatos 04 e 05, da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Calicute), fato investigado no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000 em trâmite na 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, fatos 01, 02, 04, 05, 06 e 07 da ação penal nº 0015979-37.2017.4.02.5101 (Eficiência II), e o fato 01 da presente ação penal*”



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8581

*n. 0135964972017.4.02.5101.”; (iii) “Subsidiariamente, e de forma alternativa, o reconhecimento de continuidade delitiva entre o fato 01 da presente ação penal n. 0135964972017.4.02.5101, com os fatos 01, 02, 04, 05, 06 e 07 da ação penal nº 0015979-37.2017.4.02.5101 (Eficiencia II), com os fatos os fatos 04 e 05, da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Calicute), o fato 01 da ação penal nº 0501853-22.2017.4.02.5101 (Mascate) e o fato investigado no processo nº 5063271-36.2016.4.04.7000 em trâmite na 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR”; (iv) “Alternativamente, seja estabelecida a responsabilidade penal pelos crimes de lavagem de dinheiro da presente ação penal, em continuidade delitiva dos fatos 04 e 05 da ação penal n. nº 0509503-57.2016.4.02.5101 e 01 da ação penal nº 0015979-37.2017.4.02.5101”; (v) seja aplicada a detração; (vi) seja afastada a obrigação de reparar o dano, ou, caso mantida, seja estabelecida de forma proporcional ao dano causado pelo réu; (vii) seja concedido ao réu o direito de apelar em liberdade, uma vez que não mais subsistem motivos para sua prisão preventiva.*

Para tanto, argúi, preliminarmente: **(i)** necessidade a suspensão da presente ação penal, em razão da celebração de acordo de colaboração premiada com o MPF, haja vista que as penas já impostas aos réus em outras ações penais superam o montante fixado no acordo; **(ii)** necessidade de reunião da presente ação penal às ações de nº 0509503-57.2016.4.02.5101, 0502041-15.2017.4.02.510 e 0501634-09.2017.4.02.5101 e 0501853-22.2017.4.02.5101 e 0015979-37.2017.4.02.510, na forma do art. 2º, II, da Lei nº 9.613/98, que tratam de imputações de lavagem de dinheiro oriundo de corrupção; seja pela continuidade delitiva entre os fatos, seja pela conexão; **(iii)** violação ao devido processo legal pela designação casuística de Procuradores da República.

No mérito, alega que: **(i)** “A utilização do produto de crimes não caracteriza o tipo penal em comento, uma vez que a intenção não é ocultar a vantagem indevidamente recebida, mas sim, fruir dessa vantagem através da aquisição de itens de luxo e com o fim específico de presentear familiares. Muito menos o é levar o pagamento de tais joias até a loja, como favor a um amigo.”; **(ii)** a compra de joias com



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@ifrj.jus.br](mailto:07vfer@ifrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8582

produto do crime, por si só, não configura lavagem, “*eis que os referidos bens perdem valor logo ao serem comprados, sendo ineficaz também como forma de ocultação de patrimônio. Tratar-se-ia, pois, de mera fruição do produto do crime de corrupção, não havendo que se falar em novos delitos.*”; **(iii)** “*Se Carlos Miranda é coautor ou partícipe de crime de corrupção passiva, os fatos aqui imputados devem ser absorvidos por este.*”; **(iv)** o caso dos autos é de crime único de lavagem de dinheiro, a despeito da pluralidade de comportamentos; **(v)** os crimes aqui imputados devem ser considerados continuação delitiva dos FATOS 04 e 05 da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 e do FATO 01 da ação penal nº 0015979-37.2017.4.02.5101; **(vi)** “*Todas as supostas práticas dos crimes de lavagem de ativos foram feitas pelas mesmas pessoas, ou seja, os quatro corrêus, no mesmo espaço de tempo (período em que o corrêu Sérgio Cabral ocupou o governo do estado do Rio de Janeiro), no mesmo local, através do mesmo modus operandi: aquisição de joias na Joalheria H.Stern*”, de modo que deve ser aplicada a regra da continuidade delitiva; **(vii)** inaplicabilidade do § 4º do art. 1º da lei nº 9.613/98

No que se refere à dosimetria da pena, assevera que: **(i)** o MPF pugna pela exasperação da pena-base com fundamento em circunstâncias que já integram o próprio tipo penal; **(ii)** as circunstâncias pessoais são favoráveis ao réu, já que é primário, possui graduação superior e atendeu a todas as solicitações do juízo regularmente; **(iii)** o acusado faz jus à detração da pena; **(iv)** eventual decreto de perdimento ou reparação deve ser proporcional à responsabilidade individual de cada envolvido e não deve ultrapassar o valor do prejuízo sofrido, sob pena de caracterizar enriquecimento ilícito; **(v)** “*Com relação ao requerimento de reparação do dano, deve ser observado que na peça inicial não foi indicado o dano que em tese teria sido causado pelas condutas imputadas, de modo que, procedimentalmente não seria possível o pedido, uma vez que não se teria garantido o contraditório ou a ampla defesa.*”; **(vi)** o réu faz jus ao direito de recorrer em liberdade, uma vez que não mais subsistem os motivos que ensejaram a prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcjr@ifrrj.jus.br](mailto:07vfcjr@ifrrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8583

Alegações finais de **LUIZ CARLOS BEZERRA** às fls. 8533-8541, em que pugna pelo acolhimento das preliminares arguidas, “*em especial para que se façam respeitar os princípios de ‘ne bis in idem’ e da indivisibilidade da ação penal, bem como se suspenda a prolação da sentença, até que as outras ações penais em curso sobre o tema (corrupção nos governos de Sérgio Cabral) possam ser decididas em conjunto com esta, inclusive no que respeita à incompetência da justiça federal, evitando-se a prolação de múltiplas decisões nulas.*”. Acaso ultrapassadas, pugna: (i) pela absolvição do réu, “*(...) em razão de não restar provado o dolo, elemento subjetivo do tipo penal, essencial ao aperfeiçoamento do injusto. O fato de haver efetuado seis pagamentos à H. Stern, no período de dois anos, sendo quatro em 2014, um em 2015 e um em 2016, não é bastante para comprovar que o defendente agia com a consciência e o intuito de ocultar a origem de quaisquer bens.*”; (ii) pela aplicação da causa especial de diminuição da pena, prevista no § 5º do art. 1º, da Lei nº 9.613/98, acaso mantida a condenação, eis que o acusado vem colaborando espontaneamente para esclarecer toda a verdade sobre os fatos, assim como seja reconhecida a atenuante da confissão.

Para tanto, alega que: (i) “*no que tange aos pagamentos feitos a H. Stern através da Srª Maria Luiza Trotta, o defendente já foi julgado, nos autos do processo oriundo da operação Calicute; aliás, em relação às aquisições de joias, narradas nestes autos, não há nada, absolutamente nada, que seja capaz de vinculá-lo a tal ou qual joia: a acusação é uma só, a de que ele compareceu à joalheria e efetuou pagamentos em seis oportunidades, ao longo de três anos*”; (ii) há violação ao princípio da indivisibilidade da ação penal, uma vez que “*outra pessoa (PEDRO RAMOS, o “TOCHA”) que, segundo a narrativa da acusação, participava do esquema ilícito, na condição de “LARANJA”, emprestando o seu nome para que as compras fossem feitas, não foi denunciado, o que vai de encontro ao comando legal do artigo 29 do CP.*”; (iii) “*A pretensão de transformar o defendente em partícipe do delito de lavagem de capitais, simplesmente porque efetuava entrega de dinheiro para fazer o pagamento não tem amparo legal. Isso porque não logrou o MPF fazer a prova do elemento subjetivo do tipo penal em comento; isto é, não há provas do agir doloso, de que ele estivesse agindo com a inequívoca intenção de ajudar na ocultação da origem do dinheiro.*”



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8584

Às fls. 8542-8543, a defesa de **CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA** reitera o pleito de suspensão da presente ação penal, em razão do acordo de colaboração premiada firmado pelo réu e homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Alegações finais de **SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO** às fls. 8544-8566, em que requer: **(i)** que este magistrado se julgue impedido de proferir sentença no caso presente, em razão do que já decidiu sobre os temas tratados neste processo na sentença do feito originário (Calicute); **(ii)** que se decline da competência desse Juízo em favor do Foro Estadual, por não haver competência da Justiça Federal para julgar esta causa; **(iii)** que se decline da competência desse Juízo em favor do Foro Estadual, em razão da prolação da sentença no processo originário (Calicute), o qual, em tese, atraía os demais para o Foro Federal; **(iv)** que sejam desconsideradas as colaborações premiadas que embasam o presente caso presente, por terem sido feitas ao arrepio dos princípios da obrigatoriedade da ação penal, da razoabilidade, da proporcionalidade, e com desvio de finalidade; **(v)** caso se entenda pelo afastamento do pedido formulado no item anterior, sejam os autos devolvidos ao MPF para que este diga sobre qual a delação que deverá prevalecer no feito, para fim de prolação da sentença, abrindo-se novo prazo às partes para razões finais; **(vi)** que este julgador se dê por suspeito para julgar esta causa em virtude do que declarou à imprensa sobre os fatos tratados neste processo, para evitar a nulidade prevista pelo artigo 564, I do Código de Processo Penal; **(vii)** que o acusado seja absolvido de toda a imputação que lhe foi feita, ante a alarmante precariedade das provas aventadas pelo *parquet*; **(viii)** que, em caso de condenação, os fatos listados pela denúncia sejam considerados como crime único.

Para tanto, argúi, preliminarmente: **(i)** impedimento do magistrado, pois, “*Se o mencionado Juiz Federal tem como certo que o réu cometeu os crimes de corrupção passiva, filiação a organização criminosa e lavagem de dinheiro naquele primeiro feito, no mesmo concerto, mesmo ambiente, mesmas pessoas, com o mesmo dinheiro e com o mesmo propósito deste processo, como poderia absolvê-lo agora da mesma acusação?*”; **(ii)** incompetência da Justiça Federal para julgamento da causa, pois o caso dos autos não envolve ofensa a qualquer bem ou interesse da União, sendo certo que, “*Se o*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8585

*presente processo seria da competência da Justiça Estadual, mas foi levado à Justiça Federal em virtude de uma conexão que se extinguiu com o julgamento do primeiro feito (Calicute), é forçoso que se entenda pela necessidade da sua remessa ao juiz constitucionalmente competente para julgá-lo, que é o Foro Estadual.”; (iii) apesar da alegação de que as obras públicas questionadas no processo nº. 0509503-57.2016.4.02.5101 (Calicute) foram contempladas com dinheiro proveniente da União, certo é que, também como alegado pelo *Parquet* federal, o dinheiro para o pagamento da propina vinha do ‘Caixa 2’ da Andrade Gutierrez e era abastecido, nos termos das declarações de Rogério Nora e Clóvis Primo, com contratos fictícios celebrados com empresas ligadas a Adir Assad e a Samir Assad; (iv) ilegitimidade da prova decorrente da colaboração premiada, pois “Sobre os mesmos papéis, todos os que trabalhavam na citada empresa (os dois irmãos STERN, a Sra. TROTTA e o Sr. GOLDENBERG) declararam à fé jurada que a versão acusatória é verdadeira e que o Ministério Público tem razão em livrá-los da imputação, para acusar somente o requerente, sua esposa e o Sr. CARLOS BEZERRA.”, cumprindo ressaltar que “não se pode premiar a mais de um pessoa, quando a primeira já apresentou os elementos de convicção necessários ao desenvolvimento da tese ministerial, mormente quando o número de colaboradores se equiparar ou até superar, como é o caso, o número de réus.”; (v) suspeição do magistrado, na medida em que “as declarações do mencionado Juiz Federal a respeito de a aquisição de joias pelo acusado se tratar de um crime ou de outro, evidentemente importa em prejulgamento da causa.”.*

No mérito, alega que: (i) não se pode conceber que alguém pretenda esconder a origem ilícita de qualquer valor em dinheiro adquirindo joias para uso; a uma, porque isso seria o contrário de escamotear; a duas, porque a perda financeira seria imediatamente significativa; (ii) “*Numa frase: o acusado assume ter adquirido algumas poucas joias, sem os respectivos registros fiscais da empresa H. STERN, para presentear a sua esposa em ocasiões importantes para ele, para ela ou para o casal, mas não reconhece como suas as joias elencadas pela denúncia e pelo memorial do Ministério Público Federal.*”; (iii) o caso dos autos não é de crime continuado, mas, sim, de delito único, já



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@ifrj.jus.br](mailto:07vfer@ifrj.jus.br)

que, “na narrativa acusatória as condutas são unas, apesar de desdobradas em vários episódios, porque, são atos de uma mesma conduta.”

JFRJ  
Fls 8586

É o relatório. **DECIDO.**

## II. FUNDAMENTAÇÃO

### Das preliminares

#### Da alegada incompetência da Justiça Federal

As defesas de ADRIANA ANCELMO e SERGIO CABRAL arguem a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar a causa, sob os seguintes argumentos, respectivamente: **(i)** inexistente conexão ou continência entre as Operações SAQUEADOR, IRMANDADE e CALICUTE e seus desdobramentos, de modo que “o mero compartilhamento de provas entre os referidos feitos não implica a conexão prevista no art. 76, III, do CPP, uma vez que não se trata de crimes interdependentes reunidos sob uma condição de prejudicialidade, mas, sim, de peças de informação indiciárias que podem atender tanto a um processo quanto a outro independentemente.”; **(ii)** o caso dos autos não envolve ofensa a qualquer bem ou interesse da União, sendo certo que, “Se o presente processo seria da competência da Justiça Estadual, mas foi levado à Justiça Federal em virtude de uma conexão que se extinguiu com o julgamento do primeiro feito (Calicute), é forçoso que se entenda pela necessidade da sua remessa ao juiz constitucionalmente competente para julgá-lo, que é o Foro Estadual.”

Não merece acolhida a preliminar. Sob o aspecto da conexão com a Operação Saqueador, o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do RHC nº 82.612, afirmou a competência deste juízo para julgamento da ação penal resultante da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

Operação Calicute e seus desdobramentos, como é o caso da presente ação penal, reconhecendo a conexão intersubjetiva entre as citadas operações. O acórdão foi assim ementado:

JFRJ  
Fls 8587

“PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO CALICUTE. COMPETÊNCIA. VINCULAÇÃO COM A OPERAÇÃO SAQUEADOR. RECEIO DO JUÍZO UNIVERSAL. REGRA DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA: APTA A LIDIMAR O PROCEDER PROCESSUAL. COMPARTILHAMENTO DE ELEMENTOS. OPERAÇÃO LAVA-JATO. ENVIO DE MATERIAL INFORMATIVO DE INVESTIGAÇÃO EM LARGA ESCALA. OBRA DO MARACANÃ PARA A COPA DO MUNDO DE 2014. REFERÊNCIA EM AMBAS INVESTIGAÇÕES. CONEXÃO INTERSUBJETIVA. OCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em consideração aos axiomas basilares do Estado Democrático de Direito, é execrável a hipótese de um juízo universal para uma determinada pessoa ou para qualquer delito vinculado ao desvio de verbas para fins políticos-partidários, tal como restou consignado na Questão de Ordem no Inquérito n.º 4.130/PR, do Supremo Tribunal Federal, mostrando-se imperioso repelir interferências estranhas na fixação do juízo, devendo as regras de competência dispostas em lei nortear o rumo dos processos a fim de se lograr a escorreita jurisdição.

2. In casu, o punctum dolens consiste em apurar se incidiu regra de modificação de competência a lidimar o proceder processual do juízo de primeiro grau, ao se declarar competente para o processamento e julgamento dos feitos relativos às Operações Saqueador e Calicute.

3. A Operação Calicute foi desencadeada para elucidar crimes de corrupção, fraudes à licitação, lavagem de ativos e associação criminosa na execução de obras públicas financiadas ou custeadas com recursos federais pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo decorrido de um aprofundamento da Operação Lava-Jato; já a Operação Saqueador foi instaurada para investigar esquemas de direcionamento de emendas orçamentárias ao Município de Seropédica/RJ, manipulação de convênios e fraude em licitações, tendo derivado do apurado nas Operações Monte Carlo e Vegas, comungando as investigações (Calicute e Saqueador) da mesma Construtora Delta, bem como de outras empresas e agentes alvos em ambas.

4. O atual período da democracia do Brasil prima por submeter ao Poder Judiciário a apreciação sobre os possíveis crimes cometidos contra o adequado funcionamento das instituições brasileiras, pululando as investigações policiais, bem como o compartilhamento dos elementos amealhados, que se tornou proceder corriqueiro, realizado em larga escala.

5. O esquema delitivo perpetrado, dada sua amplitude e vertentes, foi objeto de diversas investigações policiais, que lograram alguns pontos de intersecção entre as apurações, mas não se evidenciou, com a clarividência necessária, que os fatos em apuração na Operação Calicute decorreram especificamente e unicamente de certa diligência, a se concluir pelo encontro fortuito de provas.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcrr@jfrj.jus.br](mailto:07vfcrr@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8588

6. Apresenta-se indene de dúvidas que tanto a investigação batizada de Saqueador quanto à proclamada Calicute foram agraciadas com o compartilhamento de material probatório, recebendo os elementos informativos de investigação advindos da Operação Lava-Jato; e, embora esse material discrepasse, numa primeira análise, do objetivo inaugural que motivou a Operação Saqueador, ou mesmo as investigações anteriores a ela - Monte Carlo e Vegas -, obteve-se, com o compartilhamento, o ponto de intersecção primeiro por excelência, consistente na mencionada investigação de Curitiba/PR.

7. Citado esse material na denúncia da Operação Saqueador, findou-se por trazer, em viés transversal, um incontestável liame entre essa investigação e a Operação Calicute, aperfeiçoado, especialmente, na obra de construção do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014; ou seja, originou-se um ponto outro de intersecção entre as Operações Saqueador e Calicute, sendo forçoso reconhecer que a conexão intersubjetiva apresenta-se na espécie, em decorrência do referido elemento, a desaguar na constatação do vínculo, nos termos do inciso I do artigo 76 do Estatuto Processual Repressivo.

8. Recurso a que se nega provimento.”

Sob o outro aspecto (art. 109, IV, da CRFB), trata-se de questão amplamente debatida e já decidida por sentença nos autos das ações penais nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Operação Calicute), 0501853-22.2017.4.02.5101 (Operação Mascate) e 0015979-37.2017.4.02.5101 (Operação Eficiência II), em que consignei que a Justiça Federal é competente para julgamento da referida ação, bem como de seus desdobramentos, na medida em que o crime antecedente (corrupção) envolveu verba de natureza federal, o que atrai, por óbvio, o interesse da União, consubstanciado na perquirição do real destino do dinheiro.

De ressaltar que, ao contrário do que argúi a defesa de SERGIO CABRAL, a competência da Justiça Federal não se esgota com a prolação da sentença no feito originário (Calicute), afinal não se está diante de qualquer hipótese de modificação da competência.

Rejeito, portanto, a preliminar de incompetência da Justiça Federal para julgamento da causa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@ifrrj.jus.br](mailto:07vfer@ifrrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8589

**Da alegada violação ao princípio do promotor natural decorrente da designação casuística de Procuradores da República**

A defesa de ADRIANA ANCELMO sustenta que “a designação dos Procuradores da República subscritores da denúncia para atuarem especificamente na operação que deu azo a esse processo-crime viola o comando do promotor natural, na medida em que é circunstancial ao case.” Acrescenta que, embora possa o MPF criar núcleos especializados para tratar de matérias específicas, “impedimento há quando referidas designações e criação de núcleos especializados são episódicas, desvelando uma relação ímpar entre a organização interna do parquet e o caso, como ora se observa”.

Não assiste razão à defesa. Isso porque, conforme já reiteradamente por mim decidido e em consonância com o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, “(...) a atuação de promotores auxiliares ou de grupos especializados não ofende o princípio do promotor natural, uma vez que, nessa hipótese, amplia-se a capacidade de investigação, de modo a otimizar os procedimentos necessários à formação da opinião delicti do parquet.” (HC nº 307.984/RJ, Relator Ministro Felix Fischer, 5ª Turma, DJe 04.04.2016).

Não sendo necessárias maiores considerações sobre o tema, rejeito a preliminar.

**Da pretendida reunião dos processos nº 0509503-57.2016.4.02.5101, 0501853-22.2017.4.02.5101, 0501634-09.2017.4.02.5101, 0015979-37.2017.4.02.510 e 0502041-15.2017.4.02.5101**

A defesa de CARLOS MIRANDA aduz a necessidade de reunião da presente ação às de nºs 0509503-57.2016.4.02.5101, 0501853-22.2017.4.02.5101, 0501634-09.2017.4.02.5101, 0015979-37.2017.4.02.5101 e 0502041-15.2017.4.02.5101, seja pela continuidade delitiva, seja pela conexão entre os feitos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8590

Não lhe assiste razão. Isso porque, como já dito, a despeito da conexão entre as citadas ações, já devidamente reconhecida por decisão por mim proferida, a reunião dos respectivos feitos não se mostra recomendável, sobretudo porque se encontram em fases distintas, o que poderia resultar em tumulto processual e atraso na entrega da prestação jurisdicional, em manifesta violação ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República. A propósito, as ações penais nº 0509503-57.2016.4.02.5101, 0501853-22.2017.4.02.5101 e 0015979-37.2017.4.02.5101 já foram até sentenciadas.

No que diz respeito à continuidade delitiva, reafirmo, o que faço forte na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que “(...) eventual existência de continuidade delitiva não torna imprescindível a reunião de ações que se encontram em fases distintas (...), questão que deve ser levada a deliberação do Juízo das Execuções”. (STJ, AgRg no HC 250.683/SP, Relator Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, DJe 21.11.2013).

Logo, rejeito a preliminar sob os dois fundamentos.

**Da alegada litispendência entre a presente ação e a ação penal em trâmite na 13ª Vara Federal de Curitiba**

A defesa de ADRIANA ANCELMO argúi, ainda, a litispendência entre a presente ação penal e a ação penal nº 5063271-36.2016.40.04.7000, que tramitou perante a 13ª Vara Federal de Curitiba.

Não assiste razão à defesa. Isso porque, as ações penais em questão, muito embora tenham origem em colaborações premiadas de executivos da ANDRADE GUTIERREZ e CARIOCA ENGENHARIA, versam sobre lavagem de dinheiro supostamente praticadas em contextos diversos. Na ação penal nº 5063271-36.2016.40.04.7000, imputou-se a ADRIANA ANCELMO a prática de corrupção envolvendo o contrato de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), e consequente lavagem de dinheiro, praticada mediante a aquisição de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

bens de consumo (móveis, roupas, tecidos e contratação de serviços de blindagem de veículo).

JFRJ  
Fls 8591

Já na presente ação penal, imputa-se à ré ADRIANA ANCELMO a prática do crime de lavagem de dinheiro, por meio da aquisição dissimulada de joias na joalheria H. STERN. O dinheiro espúrio, conforme aponta a acusação, provém do pagamento de vantagem indevida pela ANDRADE GUTIERREZ ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro, SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO, em decorrência de outros contratos e obras públicas, especificamente a expansão do metrô em Copacabana, a reforma do Maracanã, a construção do Mergulhão de Caxias, a urbanização do Complexo de Manguinhos, a construção do Arco Metropolitano e a reforma do Maracanã para a Copa de 2014.

Como se vê, muito embora as imputações digam respeito ao mesmo crime (lavagem de ativos), supostamente praticados no âmbito da mesma ORCRIM, trata-se de fatos diversos, pois revelam vertentes diferentes de atuação na lavagem de capitais. Ou seja, inexistência de coincidência de imputação, embora haja semelhança entre os crimes praticados. Portanto, não há que falar em litispendência/coisajulgada.

De ressaltar, por fim, que essa questão já foi decidida em sede de exceção de litispendência oposta pela defesa de ADRIANA ANCELMO perante o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, a qual restou rejeitada.

#### **Do alegado cerceamento de defesa decorrente da seleção arbitrária de documento pelo Ministério Público Federal**

A defesa de ADRIANA ANCELMO argúi cerceamento de defesa, sob a alegação de que o Ministério Público Federal se utilizou de prova emprestada sem respeitar as formalidades estabelecidas. Alega que *“os indícios que embasam a incoativa foram selecionados a dedo pelo MPF que, ao longo da prefacial, indica que grande parte dos elementos probatórios é oriunda do compartilhamento de provas*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8592

*(autos nº 0507582-63.2016.402.5101 – provas da 13ª Vara Federal de Curitiba, por exemplo)*”. Acrescenta que “(...) apenas após o interrogatório de Adriana no juízo de Curitiba, em fase de diligências, a defesa técnica, que também lá oficia, teve acesso à íntegra do procedimento investigatório criminal que suporta toda aquela acusação, encontrando-se juntado, anteriormente, apenas o que o parquet entendeu por relevante. Ou seja, os indícios oriundos daquele processo penal, além de filtrados pelo público acusador paranaense, sofreu nova peneiragem no Rio de Janeiro.”

A preliminar não merece acolhida. A uma, porque se trata de alegação vaga, abstrata, desprovida de qualquer indicação dos elementos de prova supostamente compartilhados pelo Ministério Público Federal de forma seletiva; a duas, porque a todo o tempo foi assegurado à defesa da ré o contraditório, que, consoante entendimento jurisprudencial pacífico, “é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo” (REsp 617.428/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Corte Especial, julgado em 04/06/2014, DJe 17.06.2014), o que foi assegurado a todo o tempo à defesa de todos os réus.

#### **Da alegada violação ao princípio do *ne bis in idem***

A defesa de LUIZ CARLOS BEZERRA argúi violação ao princípio do “*ne bis in idem*”, sob a alegação de que “no que tange aos pagamentos feitos a H. Stern através da Srª Maria Luiza Trotta, o defendente já foi julgado, nos autos do processo oriundo da operação Calicute; aliás, em relação às aquisições de joias, narradas nestes autos, não há nada, absolutamente nada, que seja capaz de vinculá-lo a tal ou qual joia: a acusação é uma só, a de que ele compareceu à joalheria e efetuou pagamentos em seis oportunidades, ao longo de três anos.”

Sem razão a defesa. Isso porque, a imputação ora análise, muito embora envolva a aquisição de joias e semelhante *modus operandi*, difere da imputação feita nos autos da ação penal nº 0509203-57.2016.4.02.5101, haja vista que se trata de adornos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcjr@ifrrj.jus.br](mailto:07vfcjr@ifrrj.jus.br)

distintos, adquiridos em datas distintas. É o que se extrai da leitura das fls. 05-19 da denúncia, em cotejo com as fls. 31-58.

JFRJ  
Fls 8593

Assim, não há que falar em *bis in idem*.

### **Da alegada violação ao princípio da indivisibilidade da ação penal**

A defesa de LUIZ CARLOS BEZERRA aduz que “*A ação penal proposta viola a regra legal insculpida no art. 29, “caput”, do Código Penal. E a negativa de vigência ao comando da referida norma é absoluta. Por qualquer ângulo que se analise a matéria, salta aos olhos a total contradição que permeia a acusação da maneira como foi lançada, sendo a nosso sentir, causa de nulidade absoluta da inicial em relação ao ora defendente.*” Acrescenta que “*outra pessoa (PEDRO RAMOS, o “TOCHA”) que, segundo a narrativa da acusação, participava do esquema ilícito, na condição de “LARANJA”, emprestando o seu nome para que as compras fossem feitas, não foi denunciado, o que vai de encontro ao comando legal do artigo 29 do CP.*”

Não assiste razão à defesa, pois, consoante entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, “*O princípio da indivisibilidade da ação penal privada não se aplica à ação penal pública incondicionada, pois nesta é permitido, a qualquer tempo, o aditamento ou até o posterior oferecimento de outra denúncia pelo Parquet (precedentes). Assim, o não oferecimento imediato da exordial acusatória em relação aos demais investigados não implica em renúncia tácita ao direito de ação, como ocorre na ação penal privada, não gerando, dessa forma, nulidade a ser reclamada [...]*” (AgRg no Ag n. 1.433.513/RN, Ministro Felix Fischer, 5ª Turma, DJe 10.02.2017).

De ressaltar que PEDRO RAMOS foi absolvido por este juízo nos autos da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101, relativamente a ambas as imputações (lavagem de dinheiro e de integrar organização criminosa).

### **Do alegado impedimento deste julgador**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8594

A defesa de SERGIO CABRAL argúi o impedimento deste julgador, sob o argumento de que **(i)** “*as premissas fáticas para a configuração típica dos fatos investigados no processo presente foram todas concebidas e fixadas já naquele primeiro feito (ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101), sendo impossível, porque ilógico e incoerente, que o magistrado subscritor daquele ato sentencial desdiga, neste feito, o que já afirmou por sentença em processo correlato.*”; **(ii)** “*Se o mencionado Juiz Federal tem como certo que o réu cometeu os crimes de corrupção passiva, filiação à organização criminosa e lavagem de dinheiro naquele primeiro feito, no mesmo concerto, mesmo ambiente, com as mesmas pessoas, o mesmo dinheiro e o mesmo propósito deste processo, como poderia absolvê-lo agora da mesma acusação?*”

Rejeito a preliminar, sem maiores considerações, uma vez que sequer foram apontadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 252 do Código de Processo Penal, que disciplina os casos de impedimentos do juiz.

Quanto ao requerimento de suspeição deste julgador, reporto-me aos fundamentos da decisão exarada nos autos da exceção nº 0506264-11.2017.4.02.5101.

#### **Da alegada nulidade do acordo de colaboração firmado pela H. STERN**

A defesa de ADRIANA ANCELMO argúi a nulidade do acordo de colaboração firmado pelos executivos da H. STERN, sob a alegação de que homologado sem os depoimentos dos colaboradores, conforme certificado em 09.05.2017, o que constitui ato jurídico imperfeito.

De fato, compulsando os autos do processo nº 0032677-21.2017.4.02.5101, verifico que não foram acostados os depoimentos de ROBERTO STERN, RONALDO STERN, MARIA LUIZA TROTTA e OSCAR LUIZ GOLDEMBERG, mas, tão somente, “anexos introdutórios”. Todavia, entendo que a ausência dos referidos termos não representa prejuízo às defesas dos réus, pois, conforme consagrado pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, “*O acordo de colaboração, por si só, não*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8595

*atinge a esfera jurídica do delatado, uma vez que apenas as imputações contra ele feitas, caso comprovadas, é que podem ser usadas em seu desfavor, o que pode ocorrer independentemente de ser formalizado ou não um acordo com o delator.”* (RHC 43776/SP, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 20.09.2017). Vale dizer, muito embora constitua meio de prova, a colaboração premiada deve ter seus termos ratificados no curso da instrução processual. Só assim os elementos de convicção dela advindos podem ser utilizados pelo julgador para subsidiar eventual condenação. É o que se extrai da leitura, *a contrario sensu*, do § 16 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013.

Ademais, os citados colaboradores foram ouvidos em juízo em 19.09.2017, na qualidade de testemunhas de acusação/colaboradores, conforme termos de fls. 8169-8176, ocasião em que as defesas puderam exercer o contraditório e a ampla defesa. Logo, não havendo prejuízo, não há que se falar em nulidade (*Pas de Nullité Sans Grief*).

Por fim, não se pode deixar de mencionar que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido de que *“a delação premiada constitui negócio jurídico personalíssimo, que gera obrigações e direitos entre as partes celebrantes, e que não interfere automaticamente na esfera jurídica de terceiros, razão pela qual estes, ainda que expressamente mencionados ou acusados pelo delator em suas declarações, não possuem legitimidade para questionar a validade do acordo celebrado.”* (RHC 43776/SP, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 20.09.2017).

Rejeito, portanto, a preliminar.

#### **Da pretendida suspensão da ação penal em razão da celebração de acordo de colaboração**

Por fim, a defesa de CARLOS MIRANDA pugna pela suspensão da presente ação penal, em razão da celebração de acordo de colaboração premiada entre o réu e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, já homologado pelo Supremo Tribunal Federal.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8596

Rejeito a preliminar. A uma, porque o citado acordo sequer chegou ao conhecimento deste julgador, a despeito do ofício expedido ao STF em 18.12.2017, em que solicitei a remessa dos autos a este juízo; a duas, porque a suspensão da presente ação penal depende do trânsito em julgado das condenações já impostas ao referido acusado, que ainda não ocorreu, já que sua defesa técnica interpôs recurso das respectivas sentenças. Somente com o trânsito em julgado será possível aferir se a soma das penas impostas ao réu já ultrapassa a pena estabelecida no acordo de colaboração premiada.

## II.2 DO MÉRITO

### Dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro

É cediço que o crime de "lavagem" de dinheiro é apurado de forma autônoma em relação ao crime antecedente. Até porque são distintos os bens jurídicos tutelados pelas respectivas normas penais. É o que se depreende da leitura do art. 2º, II, da Lei nº 9.613/98. Assim, segundo entendimento dos Tribunais Superiores, a simples existência de indícios da prática de "infração penal", por si só, autoriza o processo para apurar a ocorrência do delito de lavagem de dinheiro.

No caso dos autos, entretanto, há mais do que indícios da prática dos crimes antecedentes, a saber: cartel, fraude à licitação e corrupção. Ao menos a corrupção restou suficientemente comprovada nos autos da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Operação Calicute), em que foram condenados os ora réus SÉRGIO CABRAL e CARLOS MIRANDA, além de WILSON CARLOS, conforme se infere do seguinte trecho extraído da sentença:

**“FATO 01: CORRUPÇÃO PASSIVA. ART. 317, § 1º, DO CÓDIGO PENAL – SERGIO CABRAL, WILSON CARLOS E CARLOS MIRANDA**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8597

A acusação imputa aos réus SERGIO CABRAL, WILSON CARLOS e CARLOS MIRANDA a prática do crime de corrupção passiva, por 24 vezes, consistente na solicitação e recebimento de vantagem indevida (propina) da empreiteira ANDRADE GUTIERREZ, nos seguintes termos:

‘No período compreendido entre os anos de 2007 e 2011, por pelo menos 24 vezes, em razão: (I) do tratado em 03 reuniões de SÉRGIO CABRAL e WILSON CARLOS com os executivos ROGÉRIO NORA, CLÓVIS PRIMO e ALBERTO QUINTAES, realizadas no Rio de Janeiro em 2007 e em 2009; (II) das 20 parcelas mensais entregues em espécie por ALBERTO QUINTAES a CARLOS MIRANDA entre 2007 e 2011; (III) de 01 doação de companhia para o PMDB realizada em 2010, os denunciados SÉRGIO CABRAL, WILSON CARLOS e CARLOS MIRANDA, de modo consciente e voluntário, solicitaram, aceitaram promessa e receberam vantagem indevida (calculada, como regra geral, em 5% do valor faturado relativo às contratações realizadas) em razão do exercício da chefia do Poder Executivo do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ofertados por ação de representantes da empreiteira ANDRADE GUTIERREZ, praticando-se ou retardando-se atos de ofício, com infração de deveres funcionais, notadamente em relação à licitação, contratação e execução, inclusive em regime de consórcio com outras empresas, das obras de: expansão do Metro em Copacabana (dívida do governo); reforma do Maracanã para os Jogos Pan-americanos de 2007 (dívida do governo), construção do Mergulhão de Caxias (dívida do governo), urbanização no Complexo de Manguinhos - PAC Favelas, construção do Arco Metropolitano (Segmento C – Lote 01) e reforma do Maracanã para a Copa de 2014 (...).’

Pois bem. O conjunto probatório trazido aos autos comprovou a prática sistemática de corrupção passiva pelos réus, com o fim de favorecer a ANDRADE GUTIERREZ em contratos com o Estado do Rio de Janeiro, passando, assim, a integrar o seletor “clube das empreiteiras”, que exerceu sua hegemonia no território fluminense ao longo dos dois mandatos do ex-governador SERGIO CABRAL, mediante cartel e fraude a licitações.

As declarações prestadas pelos colaboradores ROGÉRIO NORA DE SÁ, ex-presidente da ANDRADE GUTIERREZ, e CLÓVIS PRIMO, então Diretor de Obras, confirmadas em juízo, deixam clara a solicitação de vantagem indevida, ora por SERGIO CABRAL, diretamente, ora por WILSON CARLOS,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8598

secretário de governo de CABRAL. Em seu depoimento, corroborando o que declarara no acordo de colaboração firmado com o MPF, ROGÉRIO NORA afirma categoricamente que SÉRGIO CABRAL, tão logo assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro, em reunião realizada na sua casa no ano de 2007, solicitou o pagamento de “mesada” de R\$350.000,00, como contrapartida de futuros favorecimentos em obras públicas de grande porte. Veja-se:

“Rogério Nora (RN) - Mas quando o governador assumiu em 2007, ele nos chamou e pediu que fizéssemos uma contribuição mensal de R\$350.000,00 e que essa contribuição seria deduzida em função de contratos futuros aonde seria cobrado o valor sobre esses contratos;

“Procurador da República (PR) – Esse pedido foi feito ao senhor?

RN – Foi feito a mim.

PR – Em que circunstâncias? Onde?

RN – Foi em uma reunião no início de 2007. Essa reunião foi na casa do governador. No Leblon.

(...)”

ROGÉRIO NORA afirma, ainda, que em reunião realizada no Palácio Guanabara, tempos depois, ajustou-se a distribuição direcionada das obras, mediante, é claro, o pagamento de propina, no percentual de 5% de cada contrato celebrado, em favor de SERGIO CABRAL, por solicitação de WILSON CARLOS, então Secretário de Governo. Confira-se, abaixo, trechos do depoimento do citado executivo:

“RN – Houve uma reunião no Palácio Guanabara, um período depois, eu não sei precisar se foi um ano ou quando que foi (...) e nessa reunião o governador nos disse que seu secretário de governo Wilson Carlos é quem cuidaria da execução e da distribuição das obras que o governo teria e nesse bojo nós ficamos com as obras de Manguinhos, que eu me lembro na época, Manguinhos, o Arco Rodoviário que nós acabamos... entramos mas declinamos posteriormente porque era uma obra que nós consideramos que não teríamos resultado (...);

PR – Por esses contratos ficou acertado o pagamento de valores então?



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8599

RN – Ficou acertado o pagamento de 5%;

PR – O senhor mencionou aí a questão da distribuição das obras. Como é que se dava isso?

RN – Eu não participei dessas reuniões de distribuição. O secretário Wilson Carlos é que reunia com o nosso... acho que era o Alberto que participava, o Clóvis pode ser que tenha participado de alguma reunião. E nessa reunião era definido qual contrato, que empresa e quem seriam os parceiros nesse contrato.

PR – Isso antes das licitações?

RN- Isso antes da licitação.

(...)”

No mesmo sentido, são as declarações prestadas por CLOVIS PRIMO, ALBERTO QUINTAES, JOÃO MARCOS DE ALMEIDA DA FONSECA, que corroboram o que fora dito em sede de colaboração premiada. Referidas testemunhas/colaboradores confirmam os acertos espúrios entre SERGIO CABRAL e WILSON CARLOS com a ANDRADE GUITIERREZ, bem como o efetivo pagamento da propina, cujo recebimento coube ao réu CARLOS MIRANDA,<sup>4</sup> como também afirmado testemunha aderente RAFAEL DE AZEVEDO CAMPELLO. Veja-se trechos dos depoimentos de CLOVIS PRIMO e ALBERTO QUINTAES:

“Clóvis Primo – Teve uma vez também que nós fomos chamados lá no Palácio Guanabara. O Alberto foi chamado e pediu que eu fosse junto. Eu não ia, de regra quem falava lá era ele, mas ele queria que eu ajudasse ele a dizer que não, era um pedido que tinha lá de propina que tava atrasado. Foi na sala do WILSON CARLOS (...) tava eu Alberto e WILSON CARLOS. Quando ele cobrou esses atrasados.”

“Alberto Quintaes (AQ) – Ele falou que tinha combinado... fez uma combinação com o governador e era pra mim honrar os pagamentos (...) eu cumpro a ordem que a empresa me deu, fazendo os pagamentos a pessoa designada (...) doutor CARLOS MIRANDA. (...) Eu paguei ao CARLOS MIRANDA. Quem me apresentou ao CARLOS MIRANDA foi o WILSON CARLOS. (...) o WILSON CARLOS designou o CARLOS MIRANDA, falou olha, da parte da Andrade vai ser o Alberto, da parte aqui vai ser o CARLOS



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8600

MIRANDA o portador (...) eles achavam que a gente já tava devendo e houve uma cobrança do WILSON CARLOS em cima de mim e do Rogério (...) a cobrança foi do WILSON CARLOS.”

A propósito, a cobrança de propina de 5% do valor de cada obra contratada era prática sistemática no governo CABRAL, conforme declarado por ROGÉRIO NORA em seu termo de colaboração premiada, nos seguintes termos: “(...) QUE quando foi falar com SERGIO CABRAL acerca da participação da AG nas obras do Maracanã, já sabia que seria necessário o acerto, pois era a ‘regra’ que imperava com relação a qualquer obra do governo do estado do Rio de Janeiro.

Não se pode olvidar que as declarações dos colaboradores, por si só, não se prestariam a embasar a condenação, como prevê o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/2013, muito embora sejam suficientes como indício de autoria para fins de recebimento da denúncia, como já decidiu o Plenário da Suprema Corte “Conforme já anunciado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, o conteúdo dos depoimentos colhidos em colaboração premiada não é prova por si só eficaz, tanto que descabe condenação lastreada exclusivamente neles, nos termos do art. 4º, § 16, da Lei 12.850/2013. São suficientes, todavia, como indício de autoria para fins de recebimento da denúncia” (Inq 3.983, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.05.2016).

Assim, como elementos de corroboração colacionados aos autos, e absolutamente aptos a confirmar os depoimentos prestados pelos colaboradores, cito o Relatório de Análise de Material Apreendido nº 013/2017, que aponta arquivos extraídos do computador apreendido na residência de SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, cujo conteúdo é o agendamento de reuniões entre SERGIO CABRAL e os executivos da ANDRADE GUTIERREZ, ROGÉRIO NORA e ALBERTO QUINTAES. Cito, também, a confissão do réu CARLOS BEZERRA, bem como os manuscritos apreendidos em diligência de busca e apreensão realizadas em sua residência.

É, portanto, insignificante a alegação de que “os indícios iniciais não foram corroborados em Juízo”, e nesse sentido prossigo analisando o quadro probatório carreado a estes autos.

No seu interrogatório, CARLOS BEZERRA confirma o efetivo pagamento de dinheiro espúrio em favor de SERGIO CABRAL, oportunidade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcjr@ifrrj.jus.br](mailto:07vfcjr@ifrrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8601

em que deixou claro que era comum sua atividade de recolhimento de dinheiro em espécie nos escritórios de empresas as mais variadas; veja-se:

JF MARCELO BRETAS: O senhor disse transporte de valores. Está falando de dinheiro em espécie?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Sim. De dinheiro em espécie.

JF MARCELO BRETAS: Em que lugares o senhor ia normalmente pegar?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Na campanha, tenho quase que certeza, na Carioca Engenharia. Às vezes, de um portador, que depois de ver, eu reconheci como sendo a pessoa que transportava para os doleiros, que eu não conhecia, os irmãos Chebar, chama-se Vivaldo, mas tinha o codinome de Fiel. Peguei várias vezes com ele. Mas na época de campanha, Carioca Engenharia, não me lembro... Talvez na Delta, isso como época de campanha, era doação, independente de ser caixa dois, ou não.

JF MARCELO BRETAS: Esse recolhimento de dinheiro, isso era só em época de campanha?

JF MARCELO BRETAS: Esse recolhimento de dinheiro, isso era só em época de campanha?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Não, depois, a partir de 2011, em algumas ocasiões. Carioca Engenharia, posso citar.

JF MARCELO BRETAS: Então, isso era uma constante? Esse recolhimento de dinheiro?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Na época da campanha, foi uma época...

JF MARCELO BRETAS: Campanha tem a cada dois anos, não é?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: É, mas ela...

JF MARCELO BRETAS: É só no ano de eleição que havia o recolhimento de dinheiro?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Não, 2010, reeleição; em 2011, comecei essa atividade e foi direto, foi sem interrupção.

JF MARCELO BRETAS: Se a coleta de dinheiro era em espécie, isso sugere alguma coisa errada. Certo?



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcjr@ifrrj.jus.br](mailto:07vfcjr@ifrrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8602

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Isso.

(...)

JF MARCELO BRETAS: O senhor tinha o controle do pagamento desse dinheiro?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Eu tinha anotações. Perfeitamente. Porque eu prestava contas ao Carlos.

JF MARCELO BRETAS: Quem controlava, na verdade, era o Carlos Miranda?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Era.

JF MARCELO BRETAS: Você fazia um controle seu para prestar conta a ele?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Para prestar conta a ele.

JF MARCELO BRETAS: Mas ele é que fazia o controle geral de tudo?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Acredito que sim. Não posso confirmar.

JF MARCELO BRETAS: O senhor atendia às ordens dele?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Isso.

JF MARCELO BRETAS: “Pega aqui, leva lá.”

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Perfeitamente.

JF MARCELO BRETAS: Conversou, alguma vez – eram amigos –, com o Sérgio Cabral sobre o funcionamento dessa máquina com o Carlos Miranda?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Não. O que ocorre é que essa situação aconteceu até o final de 2015. A partir de 2016, se não me engano, ou final de 2015, o próprio Serginho – perdão –, o próprio exgovernador Sérgio Cabral falava diretamente para eu, através de um aplicativo, entregar o dinheiro em determinado lugar.

(...)

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Eu não sabia da situação, mas desconfiava de que não era uma coisa certa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8603

JF MARCELO BRETAS: Que era errado.

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Que era errado.”

Sobre os manuscritos apreendidos em diligência de busca e apreensão realizada na residência de BEZERRA, tenho que se trata de verdadeira contabilidade da propina, que era distribuída a outros integrantes da ORCRIM, inclusive para fins de lavagem, e a familiares do acusado SERGIO CABRAL. É o que se extrai do Relatório de Análise Complementar ao Relatório nº 08/2017, acostado às fls. 4331-4465 dos autos, que aponta diversas “entradas” e “saídas” de dinheiro.

A confissão judicial do corréu Luiz Carlos Bezerra representa o reconhecimento do óbvio, ante a clareza e a abundância dos documentos arrecadados cautelarmente em seu poder, e confirma o teor dos depoimentos prestados pelos colaboradores ouvidos em juízo (ROGÉRIO NORA DE SÁ e CLÓVIS PRIMO).

O próprio acusado SERGIO CABRAL, em seu interrogatório, e diante das muitas e irrefutáveis provas apresentadas, admite o recebimento constante de altas somas em dinheiro em espécie em muitos endereços, relacionados a empresas contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro, a despeito do risco à segurança pessoal. Não obstante, a defesa desse acusado apresenta a fantasiosa tese de que os milhões de reais que recolhia, através de outros membros da organização criminoso montada, seriam apenas “doações de campanha”, e não propinas decorrentes de acordos espúrios firmados entre um governador de estado corrupto e empresas interessadas em contratar com o governo estadual.

Registro, desde logo, não ser crível referida tese defensiva.

Em primeiro lugar, a defesa nada apresenta, além da suspeita afirmação do acusado SERGIO CABRAL, como evidência de que seriam simples “doações eleitorais officiosas” os muitos recolhimentos de dinheiro em espécie já desvendados. Em segundo lugar, diante da situação de insegurança vivida há muito nos grandes centros urbanos, sobretudo no Rio de Janeiro, somente o fluxo de recursos ilegais justificaria o risco assumido no transporte de vultosas quantias em dinheiro. Em terceiro lugar, as anotações constantes dos registros da propina arrecadados com o corréu Carlos Bezerra eram frequentes, independente de se tratar ou não de períodos eleitorais. Em quarto lugar, os colaboradores ouvidos em Juízo são unânimes em referir-se ao pagamento



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8604

contínuo, por longos períodos, de propinas em dinheiro, nada se falando sobre “doação de campanha”. Em quinto lugar, muitos são os registros encontrados, na referida “contabilidade da propina” esclarecida pelo corréu Carlos Bezerra, de pagamentos de despesas pessoais do acusado SERGIO CABRAL, sua esposa a corré Adriana Ancelmo, e outras pessoas da família ou a ele relacionadas, sem relação com gastos em campanhas eleitorais.

Verifica-se, portanto, que, diferente do que sustentam suas as defesas técnicas, há prova abundante da prática de corrupção passiva pelos réus SÉRGIO CABRAL e WILSON CARLOS, não havendo que falar em dinheiro proveniente de sobra de campanha, como sustentou o réu SERGIO CABRAL em sua autodefesa. Afirmo, refutando essa alegação defensiva, que de tudo que foi apurado nestes autos, a única conclusão possível é que os acusados SERGIO CABRAL e WILSON CARLOS há muitos anos sustentam uma vida de luxo e conforto com o fruto de vários acordos criminosos feitos com várias empresas as quais, com o fim de conseguir contratos vantajosos com o Estado do Rio de Janeiro, firmaram os compromissos de pagar regularmente propinas à organização criminosa em questão. Foi exatamente o que se passou em relação à empresa ANDRADE GUTIERREZ.

As conclusões acima em nada são alteradas pelo fato de, ao final da obra realizada no estádio do Maracanã, a empresa ANDRADE GUTIERREZ ter realizado resultado negativo (prejuízo). No momento do acerto da propina, em que se configurou o crime de corrupção dos acusados SERGIO CABRAL e WILSON CARLOS, a empresa ANDRADE GUTIERREZ obviamente contava com os benefícios da realização da obra, auferindo lucros ou adquirindo expertise em contratos futuros. O simples fato desta expectativa não se confirmar, com o advento de prejuízo ao final da obra, não descaracteriza o crime praticado no momento de sua contratação.

Da mesma forma, para a configuração do crime de corrupção passiva é irrelevante o fato de haver ou não demonstração de prejuízo aos cofres públicos, ou de lucros extraordinários pelas empreiteiras contratadas. Tratando-se de crime formal, cuja consumação se dá com a prática de apenas um dos verbos nucleares do tipo (solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida – tipo alternativo misto), não há necessidade de perquirição acerca do resultado ou proveito do crime, que constitui mero exaurimento do delito. Nesse sentido:

(...)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8605

No que se refere à necessidade de indicação do ato de ofício omitido ou praticado, alegada pelas defesas de SERGIO CABRAL e WILSON CARLOS, tratase de questão já decidida pelo Supremo Tribunal nos autos da Ação Penal 470 (caso Mensalão), que entendeu, corretamente, que “O crime da corrupção, seja ela passiva ou ativa, independe da efetiva prática de ato de ofício, já que a lei penal brasileira não exige referido elemento para fins de caracterização da corrupção, consistindo a efetiva prática de ato de ofício em mera circunstância accidental na materialização do referido ilícito, (...)”. (grifei) E mais: “O ato de ofício, cuja omissão ou retardamento configura majorante prevista no art. 317, § 2º, do Código Penal, é mero exaurimento do crime de corrupção passiva, sendo que a materialização deste delito ocorre com a simples solicitação ou o mero recebimento de vantagem indevida (ou de sua promessa), por agente público, em razão das suas funções, ou seja, pela simples possibilidade de que o recebimento da propina venha a influir na prática de ato de ofício.”

Com relação à alegação de crime único de corrupção, sustentada pela defesa de SERGIO CABRAL, entendo que lhe assiste razão. Isso porque, entendimento da Corte Suprema firmado no julgamento da citada APN 470, o crime de corrupção passiva se consuma com a mera solicitação da vantagem indevida, o que significa dizer que não é necessário o recebimento da vantagem para que o crime se consuma. Por outro lado, nada impede que o autor pratique todas as condutas do tipo (misto alternativo) e, por uma opção legislativa, responderá por crime único. Tem-se, portanto, no caso, um único crime de corrupção, e não vários crimes praticados em continuidade delitiva, como imputado pelo Ministério Público Federal. De ressaltar que a quantidade de vezes em que houve o pagamento de propina não constitui indiferente penal. Deve apenas ser considerada no momento fixação da pena-base.

Em relação ao réu CARLOS MIRANDA está provado que coube a ele o recebimento da propina paga pela ANDRADE GUTIERREZ, como declarado pelos colaboradores. São muitos os depoimentos colhidos em Juízo nesse sentido.

Em que pese não ser funcionário público para fins penais, CARLOS MIRANDA responde como partícipe do crime de corrupção passiva praticado por SERGIO CABRAL e WILSON CARLOS, na forma do artigo 29 e artigo 30 do Código Penal.

CARLOS MIRANDA recebia os valores da vantagem indevida e repassava para os demais componentes da organização criminosa, também



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8606

ficando com parte do numerário. Inclusive, gerenciando os valores, conforme destacado pelo réu LUIZ CARLOS BEZERRA que afirmou que prestava conta dos valores a MIRANDA.

De rigor, portanto, a condenação de SERGIO CABRAL, WILSON CARLOS e CARLOS MIRANDA pelo crime de corrupção passiva do art. 317 do CP, com a causa de aumento na forma do §1º do mesmo artigo.”

Em reforço à fundamentação acima transcrita, cito os depoimentos prestados por RICARDO PERNANBUCO e RODOLFO MANTUANO, executivos da CARIOCA ENGENHARIA, acostados aos presentes autos às fls. 185-187 e 1117-1119, os quais comprovam a prática sistemática de corrupção no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro na gestão de SERGIO CABRAL.

Assentados esses pontos, passo à análise da imputação.

Com efeito, o MIINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL imputa aos réus a prática do crime previsto no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, nos seguintes termos:

“Consumados os delitos antecedentes de corrupção passiva, **SÉRGIO CABRAL** e **ADRIANA ANCELMO**, com auxílio de **CARLOS MIRANDA** e **CARLOS BEZERRA**, por 5 (cinco) vezes, nos dias 17/09/2009, 05/04/2013, 14/06/2013, 03/12/2013 e 22/08/2014, de modo consciente e voluntário, tendo como propósito distanciar ainda mais o dinheiro derivado de crimes praticados pela organização criminosa de sua origem ilícita, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, disposição, movimentação e a propriedade de bens diretamente provenientes de infrações penais, com a compra de joias na joalheria H STERN (HSJ COMERCIAL SA), avaliadas no valor total de R\$ 4.527.590,00 (quatro milhões quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa reais), com a finalidade de converter o dinheiro recebido a título de propina em ativo lícito e também para ocultar o real proprietário do bem. As aquisições eram feitas com o propósito indisfarçável de lavar o dinheiro sujo angariado pela organização criminosa, com pagamentos em espécie, por intermédio de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

terceiros, ou compensando valores de outras joias, sem emissão de notas fiscais e sem emissão de certificado nominal da joia.”

JFRJ  
Fls 8607

Pois bem. Com a deflagração das Operações Calicute e seus desdobramentos, descobriu-se que SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com o auxílio de CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA, passaram a adquirir, regularmente, entre os anos de 2007 e 2016, joias de altíssimo valor de mercado perante as joalherias ANTONIO BERNARDO e H STERN, como forma de ocultar a origem criminosa dos vultosos valores angariados pela ORCRIM liderada pelo ex-governador.

Em diligência de busca e apreensão realizada na residência do casal, autorizada no bojo da Operação Calicute, foram apreendidas inúmeras joias e relógios de alto padrão e valor, conforme atestam os laudos periciais nºs 762/2017 e 2384/2017 acostados aos autos da ação penal nº 0509503-57.201.4.02.5101.

Como já consignei em outras oportunidades, a aquisição de joias para uso pessoal, com dinheiro proveniente de crime, não constitui, por si só, lavagem de dinheiro. Trata-se, em princípio, de mera fruição do produto do crime, ou, como sugere a defesa de ADRIANA ANCELMO, “*mero exaurimento da conduta antecedente*”. Todavia, nos casos em que a compra de joias ocorre de forma dissimulada, de modo a ocultar o verdadeiro adquirente dos bens, entendo que se está diante do crime de lavagem de capitais, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98. Essa, exatamente, a hipótese dos autos.

O conjunto probatório dos autos revelou que SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com o auxílio operacional de CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA, promoveram a lavagem do dinheiro espúrio angariado pela ORCRIM liderada pelo ex governador do Rio de Janeiro por meio da aquisição das seguintes joias de alto padrão na joalheria H. STERN:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8608

- (i) brinco de ouro branco 18K com brilhante solitário, adquirido em 17.09.2009;
- (ii) brinco de ouro amarelo 18K com brilhante solitário, adquirido em 05.04.2013;
- (iii) anel de ouro amarelo 18K com brilhante solitário, adquirido em 14.06.2013;
- (iv) conjunto composto por pulseira de ouro amarelo 18K com diamante, brinco de ouro amarelo 18K com diamante e anel de ouro amarelo 18K com diamante, adquirido em 03.12.2013;
- (v) brinco ouro amarelo 18K com rubi, adquirido em 22.08.2014. As referidas joias encontram-se listadas na planilha acostada às fls. 7763-7764.

O propósito de lavar dinheiro fica bem claro a partir das declarações prestadas pela colaboradora MARIA LUIZA TROTA. Em seu depoimento, MARIA LUIZA descreveu todo o *modus operandi* da venda das joias, que, a pedido da ré ADRIANA ANCELMO, envolveu total “discrição”, exigência essa que tinha por finalidade, por óbvio, ocultar os reais adquirentes dos adornos, SERGIO CABRAL e sua mulher. No mesmo sentido, são as declarações prestadas pelos representantes da H. STERN, ROBERTO e RONALDO STERN, e de OSCAR GOLDEMBERG, diretor financeiro, que foram inequívocos em relatar a discrição exigida pelo casal.

A excepcionalidade no tratamento ao casal teve início já no atendimento, que foi assumido por MARIA LUIZA, diretora comercial, prática essa, ressalte-se, não usual na joalheria. Os email’s fornecidos pela colaborada e acostados às fls. 7866-7876 comprovam a exclusividade no atendimento a ADRIANA ANCELMO e SERGIO CABRAL.

Além disso, as vendas foram realizadas, em geral, fora do ambiente das lojas, por vezes na residência do casal e até mesmo no Palácio Guanabara. E mais: boa parte



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfj.jus.br](mailto:07vfc@jfj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8609

dos pagamentos foi feita em espécie, diretamente na Tesouraria da H.STERN, em Ipanema, ora por CARLOS MIRANDA, ora por CARLOS BEZERRA. O registro de entrada de clientes da joalheria confirma que ambos estiveram lá em diferentes ocasiões.

Ainda sobre os pagamentos, as planilhas de controle apresentadas pelos irmãos irmãos CHEBAR, operadores financeiros de SERGIO CABRAL, indicam pagamentos feitos à H. STERN pelo menos nas datas de 21/10/2014, 26/11/2014, 16/12/2014, 26/01/2015 e 07/04/2015 (fls. 7680-7706), cabendo destacar que a loja da H. STERN em Ipanema constava na “lista de endereços para entrega de valores” apresentada pelos irmãos colaboradores. Nos emails de fls. 7859-7862, trocados entre MARIA LUIZA TROTTA e o setor financeiro da H. STERN, há detalhes acerca do fluxo de pagamentos das joias adquiridas por CABRAL e ADRIANA ANCELMO.

Chama atenção a quantidade de dinheiro em espécie que era utilizada para pagamento das joias. MARIA LUIZA TROTTA, em seu depoimento, relatou que foram pagos, em “dinheiro vivo”, R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em 6 (seis) parcelas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)!!!

Mas não é só. As respectivas notas fiscais e os certificados das joias, documentos de emissão obrigatória nessa espécie de negócio, não foram expedidos no ato da venda, também a pedido de ADRIANA ANCELMO e SERGIO CABRAL. Não bastasse isso, na base de dados da joalheria, as vendas foram registradas sem a identificação dos adquirentes, ora sob a rubrica “CLIENTE NÃO QUIS FORNECER DADOS”, ora sob o codinome “AMISH AMISH”. Até mesmo o nome de CARLOS MIRANDA foi registrado no sistema para ocultar o real comprador de determinada joia. Tudo, ressalte-se, em atendimento à “discrição” exigida pelo casal. No mesmo sentido, são as declarações prestadas pelos colaboradores RONALDO STERN, ROBERTO STERN e OSCAR GOLDBERG, que são corroboradas pelo pelos documentos de fls. 7514-7522 (espelho das telas do sistema informatizado da H. STERN).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8610

Ora, como bem pontuou o MPF, desde a vigência da Resolução nº 004/99 do COAF, publicada em 04/06/1999, as pessoas físicas ou jurídicas que transacionem joias, pedras e metais preciosos estão obrigadas a manter cadastro das operações, no qual deve constar a identificação dos clientes e o registro das transações, aí compreendidas informações sobre as mercadorias, o valor, a forma de pagamento e a data da transação, o que significa dizer que são consideradas atípicas, com fortes indícios de prática de crime de lavagem, as operações em que o comprador não se disponha a cumprir exigências cadastrais, mediante a prestação de informações falsas, ou, ainda, quando induza os responsáveis pelo negócio a não manter registros que permitam reconstituir a transação ocorrida.

Não se pode deixar de mencionar que SERGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO, CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA já foram condenados, nos autos da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Operação Calicute), pela prática de lavagem de dinheiro por meio da aquisição de outras joias de alto padrão na joalheria ANTONIO BERNARDO e também na H. STERN.

Assentadas essas considerações, conclui-se, sem maiores dificuldades, que a aquisição das joias listadas na denúncia, no valor total de R\$ 4.527.590,00 (quatro milhões quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa reais), tal como ocorreu, constitui crime de lavagem de dinheiro, punido na forma do art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98.

Ao contrário do que sustentou o réu SÉRGIO CABRAL em seu interrogatório, no sentido de “*que não se lava dinheiro comprando joias*”, fato é se trata de modalidade clássica de lavagem de dinheiro, afinal joias são bens valiosos, pequenos e de fácil ocultação. Ressalto que não se está aqui a punir o uso do produto do crime ou “*o gastar o dinheiro do crime*”, diferente do que querem fazer crer as defesas de ADRIANA ANCELMO, SERGIO CABRAL e CARLOS MIRANDA, mas, sim, a compra



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

dissimulada de objetos de luxo com recursos ilícitos, com o fim de ocultar sua origem criminosa.

JFRJ  
Fls 8611

O fato de as joias terem sido adquiridas em datas festivas em nada desnatura o crime de lavagem de dinheiro, haja vista que SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, a todo o tempo, agiram com o intuito de ocultar a natureza dos recursos provenientes dos crimes perpetrados pela ORCRIM liderada pelo ex-governador do Rio de Janeiro. A ré ADRIANA, na qualidade de integrante da organização criminosa chefiada por seu marido, como restou comprovado nos autos da ação penal oriunda da Operação Calicute, tinha pleno conhecimento da natureza ilícita dos recursos utilizados na aquisição das joias e da inidoneidade de seu parceiro. Presente, portanto, o dolo direto, elemento subjetivo apto do tipo de lavagem de dinheiro, sequer há que se falar em aplicação da Teoria da Cegueira Deliberada.

Sobre a participação de CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA, restou comprovado nos autos que a eles cabia a operacionalização dos pagamentos. Em seu depoimento em juízo, a colaboradora MARIA LUIZA TROTTA afirmou que os pagamentos em espécie foram feitos por CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA. Corroboram as alegações da colaboradora o registro entrada de clientes da joalheria (fls. 7661/7664), que aponta as ocasiões em que ambos compareceram à loja da H. STERN em Ipanema. CARLOS BEZERRA compareceu por pelos menos 6 vezes na sede da H STERN em Ipanema, ao passo que CARLOS MIRANDA lá esteve por pelo menos 2 vezes.

Além disso, a quebra de sigilo de dados telefônicos dos réus identificou ligações entre CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA e MARIA LUIZA TROTTA. É o que se extrai do relatório SITTEL acostado às fls. 7524/7527 e 7528/7530. A título ilustrativo, na data em que se deu o pagamento da primeira parcela de R\$ 200.000,00 (09.04.2013), foram identificadas nove ligações entre MIRANDA e a colaboradora. No dia 09.01.2014, dia que antecedeu o pagamento do conjunto de pulseira, brinco e anel,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

todos de ouro 18k com diamantes, MARIA LUIZA TROTTA e CARLOS MIRANDA se falaram 4 vezes.

JFRJ  
Fls 8612

A corroborar a atuação de CARLOS BEZERRA no esquema criminoso, cito os manuscritos apreendidos em diligência de busca e apreensão realizada em sua residência, nos quais há referência a valores pagos por ele a H. STERN e até mesmo à outra joalheria, a ANTONIO BERNARDO.

No que diz respeito à tese sustentada pela defesa de MIRANDA, no sentido de que “*Se (...) é coautor ou partícipe de crime de corrupção passiva, os fatos aqui imputados devem ser absorvidos por este.*”, entendo que não merece prosperar, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já se reconheceu a autonomia dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, por ocasião do julgamento do Inq nº 2.471/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Pleno; veja-se:

“EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL.DENÚNCIA. CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO. DENÚNCIA NÃO INÉPTA. DEMAIS PRELIMINARES REJEITADAS. PRESCRIÇÃO QUANTO AO DELITO DE QUADRILHA EM RELAÇÃO AOS MAIORES DE SETENTA ANOS. RECEBIMENTO PARCIAL DA DENÚNCIA.

I – Ainda que um dos investigados seja detentor de foro perante a Corte Suprema, a ratificação, pela Procuradoria Geral da República, da denúncia ofertada em Primeiro Grau, torna superadas questões relativas à competência do subscritor da peça original para a sua elaboração e apresentação perante órgão judicial.

(...).

IV – **Não sendo considerada a lavagem de capitais mero exaurimento do crime de corrupção passiva**, é possível que dois dos acusados respondam por ambos os crimes, inclusive em ações penais diversas, servindo, no presente caso, os indícios da corrupção advindos da AP 477 como delito antecedente da lavagem.

V – O fato de um ou mais acusados estarem sendo processados por lavagem em ação penal diversa, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, não gera bis in idem, em face da provável diversidade de contas correntes e das importâncias utilizadas na consumação do suposto delito.

VI – Restou assentado na AP 483 que os documentos bancários enviados pela Suíça, em respeito a acordo de cooperação firmado com o Brasil, podem ser utilizados como provas em ações penais que visem persecução penal que não ostente índole fiscal, como é a hipótese do presente feito.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8613

VII – Não fixada ainda pelo Supremo Tribunal Federal a natureza do crime de lavagem de dinheiro, se instantâneo com efeitos permanentes ou se crime permanente, não há que falar-se em prescrição neste instante processual inaugural.

(...).

X – Presentes os indícios de materialidade e autoria, a denúncia é parcialmente recebida para os crimes de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha ou bando, nos termos dos art. 1º, inc. V, e § 1º, inc. II e § 4º, da Lei 9.613/98 e 288 do Código Penal.

XI - Vencido o Ministro Marco Aurélio que reconhecia a prescrição relativamente a ambos os delitos.” (grifei)

Sobre a tese arguida pelas defesas técnicas de CARLOS MIRANDA e SERGIO CABRAL, no sentido de que as 5 operações de compra das joias devem ser consideradas como crime único, entendo que não merece acolhida, na medida em que se trata de pluralidade de delitos praticados em continuidade delitiva, na forma do art. 71 do Código Penal, eis que idênticos lugar e a maneira de execução. No que diz respeito à alegação de que “os crimes aqui imputados devem ser considerados continuação delitiva dos FATOS 04 e 05 da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 e FATO 01 da ação penal nº 0015979-37.20174.02.5101;”, penso que se trata de questão afeta ao juízo da execução, como já afirmei em outras ocasiões.

### II.3 CONCLUSÃO

Pelo exposto, a **materialidade** e a **autoria** restam amplamente comprovadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, relativamente a SERGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO, CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA, sendo suficiente para caracterizar o crime previsto no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98.

Finda a instrução não foi formulada ou apresentada nenhuma tese defensiva capaz de afastar a justa causa, uma vez que a atividade probatória foi plenamente capaz de corroborar os elementos de convicção existentes.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8614

Por fim, não se verificam, no caso sob exame, excludentes de ilicitude (legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal, obediência hierárquica), ou a presença de qualquer dirimente a afastar o juízo de reprovação das condutas, tratando-se os acusados de pessoas cuja higidez física e mental lhes permitia ter plena consciência das condutas realizadas.

### III.DISPOSITIVO

Do exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO**, nos termos da fundamentação acima, para:

1. CONDENAR o réu **SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL DOS SANTOS FILHO** à pena total de **13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias-multa, em regime inicial fechado**, pela prática do crime previsto no artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/1998, por 5 (cinco) vezes, na forma descrita abaixo;

2. CONDENAR a réu **ADRIANA DE LOUDES ANCELMO** à pena total **10 anos e 8 (oito) meses de reclusão e 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias-multa, em regime inicial fechado**, pela prática do crime previsto no artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, na forma descrita abaixo;

3. CONDENAR o réu **CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA**, à pena total **8 (oito anos) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 354 (trezentos e cinquenta e quatro) dias-multa, em regime inicial fechado**, pela prática do crime previsto artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por 06 vezes, na forma descrita abaixo;

4. CONDENAR o réu **LUIZ CARLOS BEZERRA** à pena total de **4 (quatro) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa, em regime inicial aberto**, pela prática do crime previsto artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por 05 vezes, na forma descrita abaixo;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfrj.jus.br](mailto:07vfc@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8615

## SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO

Na primeira etapa de fixação da pena, verifico que a **culpabilidade** do réu se mostra bastante acentuada. Conforme já consignei em outros feitos, SERGIO CABRAL é o principal idealizador do audaz esquema de lavagem de dinheiro revelado a partir da deflagração da Operação Calicute, esquema esse que movimentou MILHÕES no Brasil e no exterior e envolveu diferentes formas de lavagem. A magnitude de tal esquema impressiona, sobretudo pela quantidade de dinheiro movimentado. Especificamente no caso dos autos, foram “lavados” mais de quatro milhões de reais em apenas 5 operações de compra de joias. Não bastasse isso, a lavagem de dinheiro que tem como crime antecedente a corrupção reveste-se de maior gravidade, por motivos óbvios, merecendo o seu mentor intelectual juízo de reprovação mais severo. O réu não ostenta **antecedentes criminais**, eis que as condenações que pesam sobre ele ainda não transitaram em julgado. Com relação à **conduta social**, deve ser valorada negativamente, pois o condenado, político de grande expressão nacional, afinal foi deputado estadual por três legislaturas subsequentes, sempre com expressiva votação popular, inclusive ocupando a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, e Senador da República por este Estado, igualmente com expressiva votação (mais de 4 milhões de votos!), optou por agir contra a moralidade e o patrimônio públicos, a despeito de tamanha responsabilidade social. Não há elementos nos autos que permitam a valoração de sua **personalidade**. São igualmente reprováveis os **motivos** do crime, pois o réu visava a desfrutar de uma vida regalada e nababesca, o que vai muito além da mera busca pelo dinheiro fácil, elementar do tipo penal em questão. As **circunstâncias**<sup>1</sup> dos crimes também devem ser valoradas negativamente,

---

<sup>1</sup> [...] as *circunstâncias do crime* são os fatores de tempo, lugar, modo de execução, excluindo-se aqueles previstos como circunstâncias legais." (PRADO, Luiz Regis et al. Curso de Direito Penal Brasileiro. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 428)

"Trata-se do *modus operandi* empregado na prática do delito. São elementos que não compõem o crime, mas que influenciam em sua gravidade, tais como o estado de ânimo do agente, o local da ação delituosa,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8616

pois os atos de lavagem de dinheiro envolveram a compra de joias, bens de alto valor e de fácil ocultação. Negativas são também as **consequências** dos crimes, pois grande quantidade de dinheiro (milhões de reais) foi movimentada à margem do Sistema Financeiro Nacional e da Ordem Tributária. O **comportamento** dos lesados, no caso, União e Estado do Rio de Janeiro, não interferem na dosimetria.

Presentes, portanto, **5 circunstâncias judiciais desfavoráveis** e considerando a escala penal do crime de lavagem de dinheiro (3 a 10 anos), fixo a pena-base em **7 (sete) anos de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa, no valor unitário de 1 (um) salário mínimo vigente na data do último fato**, considerando a boa situação financeira do réu.

Na segunda fase do cálculo da pena, faço incidir a circunstância agravante prevista no art. 62, I do Código Penal, já que ficou caracterizado que este acusado foi o grande líder de todo do esquema criminoso, e, nessa condição, dirigiu a atividade dos demais. Portanto, aumento a pena-base em 6 (seis) meses, o que resulta na pena intermediária de **7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 240 (duzentos e sessenta) dias-multa**.

Na terceira fase de fixação da pena, incide a causa de aumento prevista no § 4º, do 1º, da Lei nº 9.613/1998 (crimes cometidos por intermédio de organização criminosa), à razão de 1/3, o que resulta na pena de **10 (dez) anos de reclusão e 320 (trezentos e vinte) dias-multa**. No ponto, esclareço que a aplicação da causa de

---

o tempo de sua duração, as condições e o modo de agir, o objeto utilizado, a atitude assumida pelo autor no decorrer da realização do fato, o relacionamento existente entre autor e vítima, dentre outros. Não podemos nos esquecer, também aqui, de evitar o *bis in idem* pela valoração das circunstâncias que integram o tipo ou qualificam o crime, ou, ainda, que caracterizam agravantes ou causas de aumento de pena." (SCHMITT, Ricardo Augusto. Sentença Penal Condenatória – Teoria e Prática. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2013. p. 136)

"São as circunstâncias que cercaram a prática da infração penal e que podem ser relevantes no caso concreto (lugar, maneira de agir, ocasião etc.). Note-se, também quanto a estas, que não devem pesar aqui certas circunstâncias especialmente previstas no próprio tipo ou como circunstâncias legais ou causas especiais (exs.: repouso noturno, lugar ermo etc.), para evitar dupla valoração (*bis in idem*)."

(DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 274)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8617

aumento de pena em questão para condenados pelo crime de integrar organização criminosa não configura *bis in idem*; a uma, porque se trata de fatos distintos (lavagem de dinheiro e integrar organização criminosa), punidos por normas penais distintas e autônomas; a duas, porque a causa de aumento do art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 visa a punir com maior rigor fato inegavelmente mais grave: a lavagem praticada por intermédio de organização criminosa; a três, porque entender assim seria esvaziar o conteúdo da norma penal contida no § 4º do art. 1º da Lei de Lavagem de Capitais, o que não me parecer ter sido a intenção do legislador.

Incide, ainda, a causa de aumento prevista no art. 71 do Código Penal, à razão de  $1/3^2$ , tendo em vista o número de infrações continuadas praticadas pelo réu (5). Assim, majoro uma só das penas para torná-las unificadas em **13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias-multa**, pena essa que torno definitiva.

**Regime de cumprimento da pena:** Nos termos do parágrafo 2º, alínea “a” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33 do Código Penal, fixo o **regime inicial fechado** para cumprimento da pena.

#### **ADRIANA DE LOURDES ANCELMO**

Na primeira etapa de fixação da pena, verifico que a **culpabilidade** da ré se mostra bastante acentuada. ADRIANA, mulher de SERGIO CABRAL e parceira de

---

<sup>2</sup> STJ: A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, "*em se tratando de aumento de pena referente à continuidade delitiva, aplica-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4 para 4 infrações; 1/3 para 5 infrações; 1/2 para 6 infrações e 2/3 para 7 ou mais infrações*" (REsp 1.699.051/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 6/11/2017)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8618

crime, foi a principal beneficiária da lavagem de dinheiro por meio da aquisição de joias, que envolveu nada mais, nada menos, que R\$ 4.527.590,00, fato esse que torna ainda mais reprovável sua conduta. Em acréscimo, não se pode deixar de considerar que a lavagem de dinheiro que tem como crime antecedente a corrupção reveste-se de maior gravidade, por motivos óbvios, merecendo juízo de reprovação mais severo o agente que a pratica ou que concorre para a sua consumação. A ré não ostenta **antecedentes criminais**. A **conduta social** da ré deve ser valorada negativamente, pois, a despeito de ter representado a imagem do próprio Estado do Rio de Janeiro ao lado de seu marido, em muitas ocasiões, inclusive em solenidades oficiais, optou por agir contra a moralidade e o patrimônio públicos. Não há elementos nos autos que permitam a valoração de sua **personalidade**. Quanto aos **motivos** que levaram à prática criminosa, são igualmente reprováveis, pois toda a atividade criminosa aqui tratada teve a finalidade proporcionar a ADRIANA e seu marido uma vida regalada e nababesca, o que vai muito além da mera busca pelo dinheiro fácil, elementar dos tipos penais dessa espécie. As **circunstâncias** dos crimes também devem ser valoradas negativamente, pois os atos de lavagem de dinheiro envolveram a compra de joias, bens de alto valor e de fácil ocultação. Negativas são também as **consequências** dos crimes, haja vista que grande quantidade de dinheiro (mais de quatro milhões de reais) foram movimentados à margem do Sistema Financeiro Nacional e da Ordem Tributária. O **comportamento** dos lesados, no caso, União e Estado do Rio de Janeiro, não interferem na dosimetria.

Presentes, portanto, **5 circunstâncias judiciais desfavoráveis** e considerando a escala penal do crime de lavagem de dinheiro (3 a 10 anos), fixo a pena-base em **6 (seis) anos de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa**, no valor unitário de 1 (um) salário mínimo vigente à época do último fato, considerando a boa situação econômica da ré.

Ausentes circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Na terceira fase de fixação da pena, incide a causa de aumento prevista no § 4º, do 1º, da Lei nº 9.613/1998 (crimes cometidos por intermédio de organização criminosa), à razão de 1/3, o que resulta na pena **8 (oito) anos de reclusão e 320**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8619

**(trezentos e vinte) dias-multa.** Incide, ainda, a causa de aumento prevista no art. 71 do Código Penal, à razão de 1/3, tendo em vista o número de infrações continuadas praticadas pela ré (5). Assim, majoro uma só das penas para torná-las unificadas em **10 anos e 8 (oito) meses de reclusão e 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias-multa.**

**Regime de cumprimento da pena:** Nos termos do parágrafo 2º, alínea “b” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33 do Código Penal, fixo o regime inicial semiaberto para cumprimento da pena.

#### **CARLOS EMANUEL DE CARVALHO MIRANDA**

Na primeira etapa de fixação da pena, verifico que a **culpabilidade** do réu se mostra acentuada. Conforme já consignei em outros feitos, CARLOS MIRANDA, depois de SERGIO CABRAL, foi o principal articulador do audaz esquema milionário de lavagem do dinheiro revelado a partir da deflagração da Operação Calicute. A magnitude de tal esquema impressiona, sobretudo pela quantidade de dinheiro movimentado. Especificamente no caso dos autos, foram “lavados” mais de quatro milhões de reais em apenas 5 operações de compra de joias. MIRANDA foi o responsável, ao lado de CARLOS BEZERRA, por fazer o transporte dos valores para pagamento dos adornos. Ainda, emprestou seu nome para figurar no registro em sistema da compra realizada em 2009. Não bastasse isso, a lavagem de dinheiro que tem como crime antecedente a corrupção reveste-se de maior gravidade, por motivos óbvios, merecendo o seu mentor intelectual juízo de reprovação mais severo. O réu não ostenta **antecedentes criminais**, eis que as condenações que pesam sobre ele ainda não transitaram em julgado. Não há elementos nos autos que permitam a valoração de sua **conduta social e personalidade**. Os **motivos** do crime, nesse caso, se mostram normal à espécie. As **circunstâncias** dos crimes também devem ser valoradas negativamente, pois os atos de lavagem de dinheiro envolveram a compra de joias, bens de alto valor e de fácil ocultação. Negativas são também as **consequências** dos crimes, pois grande quantidade de dinheiro (milhões de reais) foi movimentada à margem do Sistema



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8620

Financeiro Nacional e da Ordem Tributária. O **comportamento** dos lesados, no caso, União e Estado do Rio de Janeiro, não interferem na dosimetria.

Presentes, portanto, **3 circunstâncias judiciais desfavoráveis** e considerando a escala penal do crime de lavagem de dinheiro (3 a 10 anos), fixo a pena-base em **5 (cinco) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, no valor unitário de 1 (um) salário mínimo vigente na data do último fato**, considerando a boa situação financeira do réu.

Ausentes agravantes ou atenuantes.

Na terceira fase de fixação da pena, incide a causa de aumento prevista no § 4º, do 1º, da Lei nº 9.613/1998 (crimes cometidos por intermédio de organização criminosa), à razão de 1/3, o que resulta na pena de **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 266 (duzentos e sessenta e seis) dias-multa**. Como já dito, a aplicação da causa de aumento de pena em questão para condenados pelo crime de integrar organização criminosa não configura *bis in idem*; a uma, porque se trata de fatos distintos (lavagem de dinheiro e integrar organização criminosa), punidos por normas penais distintas e autônomas; a duas, porque a causa de aumento do art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 visa a punir com maior rigor fato inegavelmente mais grave: a lavagem praticada por intermédio de organização criminosa; a três, porque entender assim seria esvaziar o conteúdo da norma penal contida no § 4º do art. 1º da Lei de Lavagem de Capitais, o que não me parecer ter sido a intenção do legislador.

Incide, ainda, a causa de aumento prevista no art. 71 do Código Penal, à razão de 1/3, tendo em vista o número de infrações continuadas praticadas pelo réu (5). Assim, majoro uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito anos) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 354 (trezentos e cinquenta e quatro) dias-multa**, pena essa que torno definitiva.

**Regime de cumprimento da pena:** Nos termos do parágrafo 2º, alínea “a” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33 do Código Penal, fixo o **regime inicial fechado** para cumprimento da pena.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfc@jfj.jus.br](mailto:07vfc@jfj.jus.br)

## **LUIZ CARLOS BEZERRA**

JFRJ  
Fls 8621

Na primeira etapa de fixação da pena, verifico que a **culpabilidade** do réu se mostra acentuada. CARLOS BEZERRA era peça de extrema importante no audaz esquema de lavagem de dinheiro arquitetado por SERGIO CABRAL, afinal era o “homem da mala” de CABRAL, ao lado de CARLOS MIRANDA. Nessa condição, transportou dinheiro espúrio para pagamento das joias de alto padrão adquiridas por SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO na H. STERN. Além disso, não se pode deixar de considerar que a lavagem de dinheiro que tem como crime antecedente a corrupção reveste-se de maior gravidade, por motivos óbvios, merecendo juízo de reprovação mais severo o agente que a pratica ou que concorre para a sua consumação. O réu não ostenta **antecedentes criminais**, eis que as condenações que pesam sobre ele ainda não transitaram em julgado. Não há elementos nos autos que permitam a valoração de sua **conduta social e personalidade**. Quanto aos **motivos** que levaram à prática criminosa, entendo que não exorbitam o normal à espécie. As **circunstâncias** dos crimes também devem ser valoradas negativamente, pois os atos de lavagem de dinheiro envolveram a compra de joias, bens de alto valor e de fácil ocultação. Negativas são também as **consequências** dos crimes, haja vista que grande quantidade de dinheiro (mais de quatro milhões de reais) foram movimentados à margem do Sistema Financeiro Nacional e da Ordem Tributária. O **comportamento** dos lesados, no caso, União e Estado do Rio de Janeiro, não interferem na dosimetria.

Presentes, portanto, **3 circunstâncias judiciais desfavoráveis** e considerando a escala penal do crime de lavagem de dinheiro (3 a 10 anos), fixo a pena-base em **5 (cinco) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**, no valor unitário de 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente à época do último fato, considerando a situação econômica do réu.

Na segunda fase de cálculo da pena, faço incidir a atenuante da confissão, prevista no artigo 65, III, “d” do Código Penal, haja vista que o réu admitiu que transportou dinheiro para pagamento à H. STERN, a mando de CARLOS MIRANDA.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcrr@jfrj.jus.br](mailto:07vfcrr@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8622

Assim, aplico a redução de 1 (um) ano na pena-base, o que resulta na pena intermediária de **4 (três) anos de reclusão 120 (cento e vinte) dias-multa**.

Na terceira fase de fixação da pena, incide a causa de aumento prevista no § 4º, do 1º, da Lei nº 9.613/1998 (crimes cometidos por intermédio de organização criminosa), à razão de 1/3. Incide, também, a causa de aumento decorrente da continuidade delitiva, na forma do art. 71 do Código Penal, à razão de 1/3, tendo em vista o número de infrações continuadas praticadas pelo réu (5). As referidas causas de aumento e diminuição compensam-se entre si. Na sequência, faço incidir a causa especial de redução de pena de que trata o §5º do artigo 1º da Lei nº 9.613/1998, no patamar de 2/3, uma vez que os esclarecimentos feitos por CARLOS BEZERRA em seu interrogatório prestado nos autos da ação penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 e na presente ação penal, mais do que simples confissão, têm permitido o aprofundamento de outras investigações atualmente em curso neste juízo, além de servir como prova de corroboração no presente feito. As referidas causas de aumento e diminuição compensam-se entre si.

Assim, a penal final de **CARLOS BEZERRA** é estabelecida em **4 (quatro) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa, no valor unitário de 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente à época do último fato**, considerando a situação econômica do réu.

**Regime de cumprimento da pena:** Nos termos do parágrafo 2º, alínea “a” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33 do Código Penal, fixo o regime inicial aberto para cumprimento da pena.

**Da substituição da pena:** Nego a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, uma vez que, da análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, essa medida se mostra insuficiente à reprovação e prevenção do crime.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfcf@jfrj.jus.br](mailto:07vfcf@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8623

## DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

### **Da reparação do dano (art. 91, I, do CP) e da fixação do valor mínimo (art. 387, IV, do Código de Processo Penal)**

Com a superveniência da condenação, surge para os réus o dever de indenizar o dano causado pelos crimes, nos termos do art. 91, I, do Código Penal. Consequentemente, cabe ao julgador fixar “valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”, como manda o art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

No presente caso, a denúncia aponta que o valor “lavado” por SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com o auxílio operacional de CARLOS MIRANDA e CARLOS BEZERRA, de R\$ R\$ 4.527.590,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa reais). Esse o valor das joias adquiridas na H. STERN de forma dissimulada. Portanto, a título de valor mínimo para reparação dos danos causados, fixo a quantia de R\$ 4.527.590,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa reais), de forma solidária entre os condenados.

### **Do perdimento do produto ou proveito do crime**

Nos termos do art. 91, II, “b”, do Código Penal e art. 7º, I, da Lei nº 9.613/98, DECRETO o perdimento das joias objeto do crime ou do seu equivalente eventualmente constrito. DECRETO, ainda, “*a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no artigo 9º da Lei 9.613/98, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada*”, consoante determina o inciso II, do citado dispositivo legal.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Sétima Vara Federal Criminal  
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ  
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972  
E-mail: [07vfer@jfrj.jus.br](mailto:07vfer@jfrj.jus.br)

JFRJ  
Fls 8624

### **MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS:**

Reafirmo a necessidade de manutenção da prisão preventiva de SÉRGIO CABRAL e CARLOS MIRANDA, considerando que há inúmeros procedimentos em curso neste juízo, todos ainda perscrutando a atividade da ORCRIM de que se tratou nestes autos. Com efeito, ao que tudo indica, ainda levará algum tempo para que se possa admitir que a liberdade destes condenados não exercerá nenhuma influência sobre tais investigações.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Confirmada esta sentença condenatória em segundo grau de jurisdição, ou no caso de não haver recurso, certifique-se e expeçam-se mandados de prisão e Guias de Recolhimento, adotando-se as providências previstas em provimento específico do E. TRF desta 2ª Região.

Certificado o trânsito em julgado, condeno os sentenciados ao pagamento das custas. A pena pecuniária será recolhida no prazo de 10 (dez) dias do trânsito em julgado da sentença. Lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados.

P.R.I.

Rio de Janeiro/RJ, 2 de março de 2018.

(assinado eletronicamente)

**MARCELO DA COSTA BRETAS**  
Juiz Federal  
7ª Vara Federal Criminal